

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

ARAGUAIA: DESVELANDO SILÊNCIOS
(A ATUAÇÃO DAS MULHERES NA GUERRILHA)

FABIANA DE PAULA GUERRA

FABIANA DE PAULA GUERRA

ARAGUAIA: DESVELANDO SILÊNCIOS
(A ATUAÇÃO DAS MULHERES NA GUERRILHA)

Monografia apresentada ao curso de graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, sob orientação da prof^a. Dr^a. Kátia Rodrigues Paranhos.

UBERLÂNDIA
MARÇO/2006

Guerra, Fabiana de Paula, 1982

Araguaia: desvelando silêncios (a atuação das mulheres na guerrilha)

Fabiana de Paula Guerra - Uberlândia, 2006

84 páginas

Orientadora: Dr^a. Kátia Rodrigues Paranhos

Monografia (Bacharelado) - Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Graduação em História

Inclui Bibliografia

Palavras-chaves: ditadura militar, guerrilha do Araguaia, mulheres guerrilheiras.

FABIANA DE PAULA GUERRA

ARAGUAIA: DESVELANDO SILÊNCIOS
(A ATUAÇÃO DAS MULHERES NA GUERRILHA)

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Kátia Rodrigues Paranhos - Orientadora

Prof. Dr. João Marcos Além

Prof^ª. Dr^ª. Vera Lúcia Puga

Este trabalho é dedicado a todos os que tiveram suas vidas marcadas pela guerrilha do Araguaia: aos guerrilheiros que lutaram por um ideal de mudança social, aos moradores da região que sofreram com a violência das forças armadas, aos familiares dos que morreram - que ainda hoje buscam informações que os levem aos locais onde foram enterrados seus entes queridos - e a todos os que não se conformam com o silêncio instituído sobre o que ocorreu na região do Araguaia e lutam para que esta situação seja revista.

Gostaria de agradecer à professora Dr^a. Kátia Rodrigues Paranhos, por ter acreditado na possibilidade de realização deste trabalho e por ter orientado a pesquisa, pelas indicações de leituras, empréstimo de livros, pelas discussões e sugestões para melhorar a qualidade do texto, enfim, por sua disposição em me auxiliar no desenvolvimento da monografia.

À minha família - meus pais Irene e Decriê e minha irmã Emilene -, por sempre terem investido em meus estudos, incentivando-me a continuar me dedicando à pesquisa, mesmo nos momentos mais difíceis pelos quais passamos.

A Deus, por ter me dado forças para continuar, quando tudo parecia estar muito longe de meu alcance, e por isso, cogitava a possibilidade de desistir.

Aos colegas de curso que se dispuseram a ler o texto, dando-me sugestões, e com os quais pude trocar ricas experiências sobre a pesquisa.

Agradeço também a Baltazar e Leandro, que me auxiliaram a conseguir o material necessário para que esta pesquisa não se encerre aqui, mas possa ter continuidade sob novas perspectivas.

Em suma, meus sinceros agradecimentos a todos que compartilharam do meu esforço ao longo deste trabalho, contribuindo direta ou indiretamente para que ele pudesse se concretizar.

Este é tempo de divisas, tempo de gente cortada...
É tempo de meio silêncio, de boca gelada e murmúrio,
palavra indireta, aviso na esquina.
Carlos Drummond de Andrade

Não vou me deixar embrutecer
Eu acredito nos meus ideais
Podem até maltratar meu coração
Que meu espírito ninguém vai conseguir quebrar
Legião Urbana

Resumo

Este trabalho visa discutir a resistência do Partido Comunista do Brasil (PC do B) à ditadura militar, instaurada no país com o golpe de 1964. A intenção é demonstrar que pessoas discordaram deste regime político, optando por lutar de armas na mão para reaver direitos que haviam sido suprimidos naquele momento, assim como para conquistar outros que julgavam necessários.

É válido ressaltar que essas pessoas não aceitaram passivamente o que lhes estava sendo imposto e se posicionaram, constituindo-se como sujeitos ativos e integrantes de um processo histórico. Neste contexto, busco discutir como ocorreu a preparação e o desenvolvimento da guerrilha do Araguaia, quais eram os pressupostos teóricos que norteavam o trabalho dos guerrilheiros, como se deu sua interação com a população da região e como ocorreram os combates, entre outros aspectos.

Destaco também a atuação das mulheres que participaram do conflito, discutindo o que representou sua inserção no espaço público/político e demonstrando que não foram somente homens que ingressaram na luta armada contra a ditadura. Mesmo sendo minoria na guerrilha, as mulheres tiveram uma significativa atuação, principalmente por estarem conquistando novos espaços e rompendo uma série de papéis sociais que lhes foram conferidos.

A tentativa de ocultar o episódio da guerrilha – que levou ao silêncio, que só recentemente vem sendo rompido, de uma das partes envolvidas – é abordada ao longo do texto, assim como a luta daqueles que insistem em dar a sua versão dos fatos, contribuindo para que eles não caiam no esquecimento.

Sumário

Introdução

Capítulo 1: O Partido Comunista do Brasil e a preparação para a guerrilha do Araguaia

Capítulo 2: A formação de mulheres guerrilheiras no exercício de sua militância política

2.1 - A inserção das mulheres no espaço público

2.2 – A participação das mulheres na guerrilha do Araguaia

Considerações finais

Fontes

Referências bibliográficas

Anexo A

Programa dos 27 Pontos

Anexo B

B.1. Guerrilheiras mortas no Araguaia

B.2. Guerrilheiras sobreviventes

B.3. Guerrilheiros mortos e desaparecidos

Introdução

Ao ingressar no curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, já me interessava muito pelo período em que o país viveu sob a ditadura militar (1964-1985). Decidi, no início, que pesquisaria sobre a temática, com objetivo de discutir que existiram pessoas que se organizaram, mesmo clandestinamente e correndo risco de vida, para lutar contra este regime político. O que mais me instigou, nas leituras sobre o período, foi a guerrilha do Araguaia. Possuía, até então, poucas informações sobre o assunto, mas, mesmo assim, propus-me a discuti-lo como tema de monografia, dando início à pesquisa.

Importa salientar que a luta armada que se desenvolveu no sul do Pará, na região conhecida como Araguaia, representou o maior movimento de resistência à ditadura – organizado no campo, na forma de guerra de guerrilhas.¹ A intenção era que ele se expandisse para outras regiões do país, ganhando a adesão da população, com o intuito de desencadear um processo revolucionário, capaz de acabar com as arbitrariedades cometidas pelo governo dos militares.

Definido o tema, era preciso especificar quais aspectos da guerrilha seriam investigados. Assim, cogitei a possibilidade de analisar como a guerrilha foi estruturada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) e como ocorreu a inserção de mulheres no conflito, focando seu ingresso na militância política, assim como a atuação delas na guerrilha do Araguaia. Com isso, poderia mostrar um pouco do cotidiano das pessoas que foram para a região com propósito de organizar uma luta alicerçada no apoio da população.

¹ Etimologicamente, guerrilha significa pequena guerra. A divulgação do termo ocorreu a partir da luta dos guerrilheiros espanhóis contra os exércitos invasores de Napoleão I. Sobre o tema, ver: SANTOS, Loureiro dos. “Apontamentos de história para militares: evolução dos sistemas de coacção”. In: **Apontamentos para a história da subversão em Portugal**. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares, 1985, p. 153-175.

Mas, para Che Guevara, a guerra de guerrilhas não é uma guerra minúscula, uma guerra de um grupo minoritário contra um exército poderoso, mas sim uma guerra de todo o povo contra a opressão dominante. Ele considera que o guerrilheiro é a sua vanguarda armada e o seu exército é constituído por todos os habitantes de uma região ou de um país. Ver: GUEVARA, Che. “Princípios generales de la lucha guerrillera”. In: **A guerra de guerrillas**. Habana: 1960. Versão online disponível em <<http://www.mec.puc-rio.br/~oldrich/che/guerrillas.pdf>>, acessado em 03 de junho de 2005.

Para Mao Tsé-Tung, a guerrilha de guerrilhas consiste em ações executadas por pequenos grupos que, tirando proveito da surpresa, atuam em locais e ocasiões inesperadas, causando o máximo de danos morais e materiais ao inimigo, pelo emprego do combate armado, da sabotagem e do terrorismo. MAO TSÉ-TUNG. “Problemas estratégicos da guerra revolucionária”. In: SADER, Eder (org.). **Mao Tsé-Tung**. São Paulo: Ática, 1982, p. 148-152.

É válido ressaltar que a intenção deste trabalho não é fazer uma “história das mulheres”, mas trazê-las para a pesquisa, “mostrando que as relações feminino/masculino são relações socialmente construídas, culturais e históricas. E que não se pode falar das mulheres sem falar das relações entre homens e mulheres”.²

As pessoas que foram para aquela região desenvolver a guerrilha rural acreditavam estar lutando para construir uma sociedade livre de tantas injustiças e repressão, na qual pudessem se expressar livremente, intervindo de forma ativa nas decisões políticas. Era um momento de efervescência política, social e cultural, no qual muitos se arriscaram para defender o que pensavam, pagando, até mesmo com a vida, o preço de sua opção política.

Aqui cabe adotar um conceito renovado para o termo, já que não se está partindo de uma concepção positivista, de que política se refere apenas à ação de pessoas vinculadas ao poder, que possuem *status* social ou controlam instituições governamentais, ou seja, aqueles que fazem da política sua atividade profissional. Entendo que a política faz parte da vida de todos, na medida em que está presente no nosso cotidiano, na maneira de lermos o mundo e de nos posicionarmos nele, dando respostas tanto a questões imediatas, que nos afetam de forma particular, quanto a questões coletivas, que dizem respeito à sociedade de maneira geral.³

Inicialmente, quando expus a alguns professores do curso a intenção de realizar a pesquisa, fui advertida de que o tema era inviável devido à escassez de fontes – visto que, em relação a outros temas históricos, não há muitos trabalhos (principalmente acadêmicos) produzidos sobre o assunto – e que ainda haveria o problema da observação indireta, pois não poderia visitar a região em que ocorreram os embates entre militantes e militares.

Não me senti desestimulada com estas observações. Pelo contrário, sabia das dificuldades que enfrentaria, mas persisti no tema pelo fascínio que ele exerce sobre mim. Acredito que este foi um fator imprescindível para que a pesquisa pudesse ser realizada. As primeiras leituras

² COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997, p. 116.

³ Este processo de nova conceitualização do termo político ocorreu na historiografia a partir do final da década de 1960, na terceira fase da Escola dos Annales. Para mais detalhes sobre essa nova concepção de política, consultar: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

Para o autor, a história política possui relevância, mas isso não significa que todos os aspectos da vida humana sejam reduzidos ao campo político. Ele afirma que “se o político é importante, se é possível pensar hoje em dia que ele faz necessariamente parte do percurso, qualquer que seja a atividade, que ele constitui um dos pontos de condensação da sociedade, é preciso dizer que nem tudo é político, que não se deve reduzir tudo à política, que o político não está sozinho e isolado, mas guarda relações com o resto, com as demais expressões da atividade humana e com a sociedade civil”. RÉMOND, René. “Por que uma história política?” **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: FGV, v. 7, n. 13, 1994, p. 19.

específicas foram indicadas pela orientadora da pesquisa – professora doutora Kátia Rodrigues Paranhos – que me cedeu algumas obras. Cabe destacar que grande parte dos livros sobre a guerrilha teve edição esgotada e não foi republicada.

A partir destas leituras, fui mapeando outras, reunindo e organizando as fontes. Alguns *sites* foram fundamentais para isso.⁴ Pude perceber que há muito material sobre o assunto disponível na internet; inclusive encontrei um *site* específico sobre a guerrilha, com notícias atuais de lançamentos de trabalhos que se referem ao tema.

Em relação ao aspecto da observação indireta, acredito não ser um empecilho. Nem todos os historiadores, para realizar suas pesquisas, estiveram presentes nos locais aos quais elas se referem. Se essa fosse uma condição imprescindível para o desenvolvimento da pesquisa histórica, só seria possível escrever sobre acontecimentos recentes, dos quais o pesquisador tivesse participado diretamente. Marc Bloch, comentando sobre esta questão, diz que “o conhecimento de todos os fatos humanos no passado, da maior parte deles no presente, deve ser [segundo a feliz expressão de François Simiand], um conhecimento através de vestígios”.⁵

Ampliando a noção de documento – aqui entendido como vestígio, ou seja, qualquer marca deixada pelo homem, capaz de informar algo a seu respeito – o autor afirma que existem alguns sinais que nos dão acesso ao passado, possibilitando o estudo de um acontecimento que não foi presenciado pelo pesquisador. E são esses vestígios que nos possibilitam compreender o que aconteceu e tecer interpretações sobre um fato, mesmo que não tenhamos dele participado.

Como o conhecimento histórico é constituído de interpretações e/ou versões e não de verdades inquestionáveis, os mesmos vestígios (documentos) podem nos levar a análises diversas, o que faz com que a pesquisa histórica tenha um caráter dinâmico. O passado é em si um dado que não podemos mudar; mas as nossas interpretações sobre ele se encontram em constante transformação.

No que se refere à guerrilha do Araguaia, pode-se dizer que por muito tempo perdurou apenas uma versão dos fatos, relacionada direta ou indiretamente ao PC do B. Porém, recentemente, começaram a ser lançados trabalhos de alguns militares, comentando o conflito, o que ainda não se constitui em uma versão oficial das forças armadas, mas representa um acréscimo importante às informações já conhecidas e publicadas.

⁴ Os *sites* estão especificados no final do trabalho, junto às referências.

⁵ BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 73.

O fato de a guerrilha ser parte de um passado recente – que ocorreu pouco mais de três décadas atrás – possibilita o uso da memória como fonte/recurso para o desenvolvimento da pesquisa. Utilizo depoimentos que, mesmo colhidos por outros pesquisadores, com propósitos diferentes, contribuíram significativamente para a realização deste trabalho.

Os relatos e depoimentos foram muito úteis para a pesquisa, principalmente considerando que não há muitas publicações sobre o assunto. Trabalhar com memórias pode auxiliar na solução de dúvidas sobre temas que ainda são tabus, como a guerrilha do Araguaia. Mas também apresenta alguns problemas, como as influências externas e a (re)elaboração interna que a memória sofre com o passar do tempo. Sobre o significado do uso deste recurso, Thompson comenta:

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. (...) Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente à sua tradição, e oferece os meios para uma transformação mais radical no sentido social da história.⁶

Esta perspectiva do uso da história oral caminha no mesmo sentido dos propósitos desenvolvidos neste trabalho, ou seja, mostrar que pessoas comuns se organizaram, “pegaram em armas” e foram sujeitos ativos de um determinado momento histórico, defendendo um ideal político. Grande parte dos militantes que foram para a guerrilha morreu, mas há relatos dos que sobreviveram e depoimentos de moradores da região que presenciaram e/ou participaram dos conflitos. O que não temos ainda hoje é a versão oficial – do governo e das forças armadas – sobre o que ocorreu nas margens do Araguaia entre 1972 e 1975.⁷

Passados quase trinta anos do aniquilamento da guerrilha do Araguaia, a construção do que sucedeu na floresta (...) é um exercício de exposição de versões prejudicadas pelo tempo, pelas lendas e até mesmo pela conveniência das narrativas. Delas a mais embusteira é a dos comandantes militares que se recusam a admitir a existência da guerrilha e a política de extermínio que contra ela foi praticada.⁸

⁶ THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972, p. 44.

⁷ Como relatado ao longo deste trabalho, só recentemente começaram a ser publicados textos de alguns militares que se propuseram a romper o silêncio oficial, dando a sua versão sobre a guerrilha.

⁸ GASPARI, Élio. “A floresta dos homens sem alma”. In: **A ditadura escancarada**: as ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 453.

Uma das minhas preocupações ao longo da pesquisa foi tentar compreender o que se esconde por trás deste silêncio. Por que tratar um assunto como algo inexistente ou proibido de ser comentado? Não sei se consegui responder satisfatoriamente a estas indagações, mas posso afirmar que muitas reflexões foram feitas com este intuito.

O texto foi estruturado em dois capítulos. No primeiro, há um esboço de algumas questões que estavam em curso e que levaram ao golpe em 1964. A atuação do PC do B neste contexto e sua resposta ao golpe foi a preparação da guerrilha no Araguaia, já que se optou pela luta armada como forma legítima de combate à repressão. São analisados os pressupostos teóricos e as influências externas que nortearam as ações dos guerrilheiros, tanto na estruturação quanto no desenvolvimento da guerrilha nas três fases de luta.

No segundo capítulo, reúno informações sobre a inserção de mulheres na luta armada, demonstrando o que este fato representou para elas, especificamente, e para a sociedade, em geral. Assim, relato a trajetória de algumas militantes – sobre as quais consegui obter maior quantidade de informações –, enfatizando como foi a atuação delas na luta e sua constituição enquanto guerrilheiras.

Finalizando, faço alguns apontamentos sobre questões mais recentes, relacionando passado e presente de forma mais explícita. Para isso, discuto algumas implicações da abertura dos arquivos do período de repressão política – quais são os interesses em jogo, ocultados por trás de decretos que prorrogam cada vez mais o tempo de sigilo de documentos relativos à ditadura militar – e como se encontra atualmente a região na qual ocorreu a guerrilha.

Capítulo I

O Partido Comunista do Brasil e a preparação para a guerrilha do Araguaia

Falar sobre guerrilha do Araguaia é remeter a uma das maiores resistências armadas vivenciadas no país, contra um regime político opressor que tentou silenciar, por meio da força, todos aqueles que eram contrários à imposição de suas medidas. A ditadura militar, que perdurou oficialmente por vinte e um anos (de 1964 a 1985), deixou marcas profundas na sociedade, sendo caracterizada como um regime violento, no sentido de lançar mão de variadas formas de repressão e intimidações, passando pela proibição de se expressarem opiniões contrárias às do governo, prisões, torturas, exílios e assassinatos premeditados, com o intuito de manter os militares no poder.

No entanto, é importante destacar que toda a violência utilizada pelo aparelho repressor do Estado contra seus opositores era camuflada pela ideologia da segurança nacional. De acordo com essa lógica, o Estado – representado pelos militares – estaria a favor dos interesses da nação e quem estivesse contra eles era visto como um inimigo, sendo taxado de subversivo e/ou terrorista. Para difundir essa ideologia, o Estado tentava controlar os meios de comunicação, censurando o que não fosse conveniente aos seus propósitos e manipulando a opinião pública.

Não é possível afirmar que a ditadura iniciada com o golpe de 1964 foi imposta de forma arbitrária, sem nenhum respaldo social. Muitos foram os setores que a apoiaram (entre eles, industriais, banqueiros, o clero, parte da classe média e militares de alta patente), com receio das transformações que poderiam ocorrer no país, devido à ebulição dos movimentos sociais no período pré-64. As discussões que vinham sendo realizadas no meio acadêmico, por estudantes e intelectuais preocupados com a necessidade de alteração das estruturas sociais, para que houvesse maiores condições de igualdade entre os diversos segmentos da sociedade, tiveram papel relevante nesse contexto histórico. Outro elemento importante foi a organização dos trabalhadores rurais em sindicatos e ligas camponesas, reivindicando o fim da exploração a que estavam submetidos no campo e lutando pela reforma agrária “na lei ou na marra”.⁹

⁹ Sobre a organização da luta dos camponeses, ver: MEDEIROS, Leonilde S. “Emergência e consolidação das organizações de trabalhadores rurais - 1945-64”. In: **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989, p. 17-84.

O presidente João Goulart, popularmente conhecido como Jango, tentava agradar tanto aos setores de direita quanto aos de esquerda, buscando conciliar interesses opostos, dos que queriam manter a sociedade como estava e daqueles que almejavam sua transformação.¹⁰ No seu governo (1962-64), propôs um programa para viabilizar as principais reformas que a sociedade necessitava (reformas de base), passando pela questão agrária. Isso atraiu a ira das elites conservadora e latifundiária que se sentiram ameaçadas pela possibilidade de perderem suas propriedades.

A situação se agravou na ocasião do comício realizado na Central do Brasil, no final de março de 1964, quando Goulart pautou seu discurso na necessidade de implantação imediata das reformas. Este fato foi utilizado como um pretexto para o golpe, já que, a partir desse momento, o presidente foi acusado de ser um comunista, contrário aos interesses da nação. A *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*¹¹, que reuniu cerca de quinhentas mil pessoas na Praça da República, centro de São Paulo, evidenciou a organização de setores da sociedade civil com o intuito de depor Goulart do poder. Esses grupos acreditavam que era necessária a intervenção militar na política para que a “ordem” fosse reestabelecida.

É válido ressaltar que o comício e as reações a ele não desencadearam o golpe. Foram apenas o ápice de um processo de articulações e conspirações para frear os rumos que a sociedade tomava e que contrariavam os interesses de muitos, principalmente dos norte-americanos que, como se sabe¹², financiaram os militares para que tivessem condições de tomar o poder e garantir, dessa forma, o domínio do país.

Assim, mudanças significativas passaram a ocorrer, com o fim da democracia e o auge do autoritarismo. Uma das características que marcaram o regime militar foi a centralização do poder e das decisões na figura do presidente, reforçada pela implantação de vários atos institucionais. As eleições diretas foram suspensas e os partidos políticos foram fechados. Criou-

¹⁰ É válido ressaltar que no contexto internacional vigorava a Guerra Fria, com a disputa pela hegemonia mundial entre duas potências econômicas: Estados Unidos da América - comandando a liderança dos países capitalistas - e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - comandando o bloco socialista e tentando expandir sua influência a outros países. Este propósito representava uma ameaça ao domínio capitalista, que precisava criar meios para frear o avanço do comunismo. E este contexto se refletia diretamente na política interna, desencadeando uma verdadeira “caça aos comunistas” no período da ditadura militar.

¹¹ Para mais detalhes sobre esta manifestação, ver: DOMENICI, Thiago. “Marcha Funesta”. **Caros Amigos** (Especial). São Paulo: Editora Casa Amarela, n. 19, mar. 2004, p. 7.

¹² Ver: VIANA, Natália. “O padrinho Sam”. **Caros Amigos** (Especial). São Paulo: Editora Casa Amarela, n. 19, mar. 2004, p. 14-16.

se, por decreto, o bipartidarismo, representado pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) e pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Teoricamente, o MDB era considerado um partido de oposição e a Arena o partido do governo. Na prática, ambos serviam aos propósitos dos militares. É incompatível a existência de um partido de oposição, que possa criticar abertamente o governo, sob vigência de uma ditadura militar; é também bastante irônico, nessa conjuntura, o nome do partido remeter à idéia da democracia. Que tipo de democracia existia se as pessoas não podiam se manifestar e se organizar em associações para reivindicar seus direitos básicos (que foram suprimidos) ou simplesmente escolher os seus representantes políticos?

A implementação de atos institucionais legitimou ainda mais a autoridade do presidente, que passou a ter plenos poderes para tomar decisões, sem precisar consultar outras instâncias governamentais. Diante de tanto autoritarismo e da ausência de espaços legais para atuação, alguns setores – como grupos vinculados à União Nacional dos Estudantes (UNE) e ao Movimento Estudantil, intelectuais, artistas, trabalhadores que aderiram às greves e protestos, militantes de partidos que foram colocados na ilegalidade – começaram a se manifestar, demonstrando que não seriam apenas joguetes naquele processo histórico.

Esse impasse se acirrou em 1968, quando o governo publicou o Ato Institucional nº 5. Sobre as condições de sua instauração, comenta Silva:

Diante da crescente mobilização, principalmente dos setores da classe média (estudantes, profissionais liberais, etc.), o governo executa um golpe dentro de um golpe: decreta o Ato Institucional número 5, em treze de dezembro de 1968. Desta vez, o pretexto usado foi a negativa do Congresso Nacional em permitir um processo contra o deputado emedebista Márcio Moreira Alves, acusado de injuriar as forças armadas. Para maioria do Congresso Nacional, inclusive arenistas as imunidades parlamentares garantidas pela constituição, não poderiam ser afetadas.

*Com o AI-5, o presidente da República passa a ter poderes totais e absolutos: fecha o congresso, cassa o mandato de 89 deputados no período de um ano, etc. A repressão se generaliza a toda e qualquer força de oposição: operariado, partidos políticos, igreja, imprensa, estudantes, intelectuais, artistas, dentre outros segmentos da sociedade. Impõe-se o silêncio total.*¹³

¹³ SILVA, Antônio Ozair da. “Da luta armada à reorganização da esquerda brasileira (1967-1974)”. In: **História das tendências no Brasil** (origens, cisões, propostas). São Paulo: Dag Gráfica e Editorial, s/d, p. 103. Sobre outros acontecimentos que marcaram o ano em questão, consultar: VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Reagindo a essas imposições, muitas organizações partidárias atuaram, mesmo sob clandestinidade. Foi o caso do PC do B. Oficialmente, o partido surgiu em 1962, de uma cisão ocorrida no Partido Comunista do Brasil. Um dos principais fatores que levaram à dissidência foi a postura reformista assumida pelo PCB no final dos anos 50, influenciada pela ideologia nacional-desenvolvimentista seguida pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Acreditava-se que fosse possível lutar contra o imperialismo com apoio da burguesia progressista.

A justificativa para essa mudança de orientação – já que desde sua fundação no Brasil, em 1922, o PCB seguia os pressupostos do marxismo-leninismo, pautando-se em premissas de revolução e não de reforma –, que resultou na alteração do Estatuto do partido, foi a tentativa de conseguir a legalidade que havia sido cassada novamente em 1947¹⁴, revertendo os impactos causados pelo *Manifesto de Agosto*¹⁵.

Em 1960, foi realizado o V Congresso do PCB, que definiu um caminho pacífico para a revolução e cuja *Resolução Política*¹⁶ confirmou as linhas gerais da *Declaração de Março*¹⁷. Os integrantes que compunham o Comitê Central (entre eles, João Amazonas e Maurício Grabois) e que discordavam dessa mudança de foco foram afastados de seus cargos. Elaboraram então um documento – a *Carta dos 100* – oficialmente intitulado *Em defesa do Partido*, no qual afirmavam a necessidade de se manterem os antigos princípios revolucionários.

A intenção era tentar um diálogo com a direção do partido, mas o que ocorreu foi a expulsão dos que assinaram o documento. A partir desse momento, definiram-se posturas divergentes. Em 1961, o PCB realizou uma Conferência Nacional, na qual aprovou o novo estatuto e alterou o nome para Partido Comunista Brasileiro, mantendo a sigla PCB. Os membros

¹⁴ Cassado desde 1928, o PCB voltou à cena política em 1945, permanecendo na legalidade até 1947, quando sofreu nova cassação. Esta clandestinidade persistiu até 1958, quando o Comitê Central do partido, com a presença de Carlos Prestes, modificou parte da antiga direção e alterou a orientação política através da *Declaração de Março* (do mesmo ano), que provocou uma grande reviravolta no partido.

¹⁵ O *Manifesto de Agosto*, lançado pelo partido em 1950, definia abertamente princípios esquerdistas radicais. Era um chamado à população para que se organizasse em uma Frente Democrática de Libertação Nacional, para que fizesse a revolução (por meio da luta armada) com o intuito de alcançar um Governo Democrático de Libertação Nacional. Algumas manifestações como a “greve dos trezentos mil” em São Paulo, em 1953, ou revoltas armadas como a de Porecatu, no Paraná, foram inspiradas por este Manifesto.

¹⁶ PCB. “Resolução do V Congresso do PCB (1960)”. In: NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). **PCB: vinte anos de política**. São Paulo: LECH, 1980.

¹⁷ Os fundamentos teóricos da linha política configurada na *Declaração de Março* são, na análise de Grabois (*apud* BERTOLINO, 2004), o reconhecimento oficial do abandono da linha esquerdista defendida no *Manifesto de Agosto* (de 1950), um protocolo programático de uma virada à direita que levaria a sucessivas rupturas da unidade partidária. Ver: BERTOLINO, Osvaldo. **Maurício Grabois: uma vida de combates**. Da batalha de idéias ao comando da Guerrilha do Araguaia. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2004.

expulsos não desistiram de seus ideais e iniciaram a reorganização de um outro partido, oficializado em 1962, com o mesmo nome (Partido Comunista do Brasil) e a sigla PC do B.

Os militantes do PC do B acreditavam que não era possível realizar mudanças concretas na sociedade por meio do pacifismo. Essa concepção foi reforçada após o golpe, quando os meios institucionais de atuação foram bloqueados e a ditadura foi avançando cada vez mais na privação dos direitos dos cidadãos, como explicita o seguinte trecho:

*A resistência armada teria sido o último recurso para aqueles que ficaram sem espaço de atuação institucional (política, sindical, profissional, etc.) ou privados da própria atividade com que se expressavam ou ganhavam a vida, arrancados de suas raízes políticas e sociais, impedidos de se manifestar e até de existir como oposição.*¹⁸

A luta armada pode ser interpretada de diferentes formas: para alguns, como Ridenti¹⁹, é o último recurso frente ao aumento da repressão; para outros, como Guevara²⁰, constitui o meio mais viável e eficaz de luta, capaz de derrubar a ditadura. Nestes pressupostos, basearam-se os militantes do PC do B que combateram com as forças armadas na região sul do Pará.

Mas interessa lembrar que a intenção de transformar a sociedade por meio da luta armada já estava expressa no *Manifesto-programa*²¹ do PC do B de 1962, o que conduz à conclusão que, com a instauração da ditadura, foi colocado em prática um princípio que já havia sido definido no período anterior ao golpe. Com a repressão instaurada após 1964, acreditava-se que grande parte da população iria aderir ao movimento (o que não ocorreu de fato), como revela o seguinte trecho do documento *Guerra popular: caminho da luta armada no Brasil*, elaborado pelo Comitê Central em 1969:

Os comunistas estão convencidos de que o povo, mais dia, menos dia, terá que recorrer à luta armada. Não por amor à violência ou pelo desejo absurdo de derramar sangue. Mas sim como resposta à política terrorista da reação interna e do imperialismo norte-americano. Onde há opressão, torna-se inevitável a luta revolucionária. Aos brasileiros não resta outra alternativa: erguer-se de armas nas mãos contra os militares retrógrados e os imperialistas ianques ou viver submissos aos reacionários do país e aos espoliadores

¹⁸ RIDENTI, Marcelo Siqueira. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Unesp, 1993, p. 61.

¹⁹ *Idem, Ibidem*.

²⁰ GUEVARA, Che. “Princípios generales de la lucha guerrillera”. In: **A guerra de guerrillas**. Habana: 1960.

²¹ PC do B. *Manifesto-programa* (1962). In: **PC do B: em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro** (documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000). São Paulo: Anita Garibaldi, 2000.

*estrangeiros. Não há dúvida que a grande maioria da nação optará pelo recurso às armas e não pela submissão.*²²

A partir deste trecho, podemos observar que o partido já denunciava a convergência de interesses de setores políticos conservadores do país e norte-americanos, com propósito de impedir que mudanças concretas ocorressem na sociedade. Os membros do Comitê Central do PC do B defendiam que a luta armada (violência revolucionária) não era uma prática terrorista, mas uma resposta à repressão e à violência desencadeadas pelo governo dos militares.

A guerrilha do Araguaia – que começou a ser estruturada na prática em 1966, quando os primeiros militantes chegaram ao local, estabelecendo residência, e durou até o início de 1975, quando se deram as últimas operações – expressou o tipo de luta considerado ideal pelo partido: a guerrilha rural.

Vários eram os motivos da preferência pelo campo como um lugar favorável para desencadear o processo revolucionário, dentre eles o fato de que, no campo, as relações de dominação e exploração ocorriam de forma mais latente, explícita. Chega-se a apontar o campo como sustentáculo do imperialismo²³, onde as pessoas vivem em maior situação de abandono. Outro fator seria a dificuldade do governo em enviar tropas para conter levantes nesse local, visto que os aparatos militares/repressores, no que se refere tanto a armamentos quanto a tropas organizadas, concentravam-se nos grandes centros urbanos.

É interessante observar que a discussão sobre a escolha da guerrilha rural como o método mais eficiente de luta contra a repressão que avançava em larga escala está presente nos documentos produzidos²⁴ pelo partido e em trabalhos publicados por autores que mantinham vínculos com o PC do B.

Nesse contexto, o partido adquiria o caráter de vanguarda política, assumindo o papel de guiar as massas a caminho da revolução. Segundo Pomar²⁵, era até indicado como o único e verdadeiro partido da classe operária na luta antiimperialista.

²² POMAR, Wladimir. “Guerra popular - caminho da luta armada no Brasil”. In: **Araguaia: o partido e a guerrilha**. São Paulo: Brasil Debates, 1980, p. 92.

²³ Sobre esta questão, consultar: PRADO JR, C. **A revolução brasileira**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972 e SODRÉ, N. W. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

²⁴ Os documentos do PC do B, reproduzidos no livro de POMAR (1980), afirmam a necessidade da luta armada iniciada no campo, na forma de guerra popular prolongada. Os documentos são: *O golpe de 1964 e seus ensinamentos*; *Guerra popular - caminho da luta armada no Brasil*; *Responder ao banditismo da ditadura com intensificação das lutas do povo*; *Mais audácia contra a ditadura e Gloriosa jornada de luta*.

²⁵ POMAR, Wladimir, *op.cit.*, 1980.

*Atua no país um partido marxista-leninista, o Partido Comunista do Brasil, que acumulou experiência revolucionária e que passou pelo crivo de acirrada luta ideológica contra o oportunismo e o revisionismo. Seu programa corresponde às tarefas da atual etapa da revolução brasileira, possui clareza de objetivos e orienta-se por uma teoria de vanguarda. Tem condições para dirigir com êxito a luta emancipadora do povo brasileiro.*²⁶

O oportunismo e o revisionismo citados no documento se referem à postura do Partido Comunista Brasileiro, que optou pela via pacífica para chegar ao socialismo. O PC do B culpava essa política reformista pelos insucessos do movimento democrático e antiimperialista. O imperialismo, nessa perspectiva, era representado pelos Estados Unidos e por suas práticas de dominação e exploração de outros países, como o Brasil.

A afirmação de que o PC do B – o partido de vanguarda – dirigiria com êxito a luta contra a opressão no Brasil pode ser refutada se levarmos em consideração o desfecho que teve a guerrilha do Araguaia, movimento político-militar organizado por membros do partido.

A região que vai de Xambioá, no norte de estado de Goiás, até Marabá, no sul do estado do Pará (conhecida como Bico do Papagaio), foi escolhida pela direção do PC do B para ser o local no qual se daria a guerrilha, por preencher os requisitos estabelecidos, incluindo os seguintes: possuía uma população humilde e abandonada à própria sorte e, portanto, carente de seus direitos básicos; era composta, em parte, por uma floresta densa que poderia ser utilizada como refúgio durante a luta; tinha um fraco policiamento, com postos militares situados a longas distâncias.

Ao iniciar a pesquisa, constatei que grande parte dos trabalhos produzidos sobre a guerrilha do Araguaia havia sido desenvolvida por militantes que atuaram no conflito e conseguiram sair da região com vida ou por pessoas que de alguma forma acompanharam o desfecho, como jornalistas, por exemplo. Como não há uma versão oficial (do governo ou das forças armadas) sobre a guerrilha, a história vem sendo contada na ótica de apenas uma das partes envolvidas, com acréscimos e contribuições de profissionais da imprensa.

²⁶ POMAR, Wladimir. “Guerra popular - caminho da luta armada no Brasil”. In: **Araguaia**: o partido e a guerrilha. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980, p. 93.

Mas novos relatos começam a ser publicados. Em 2005 foi lançado o livro *Operação Araguaia*²⁷, que traz uma série de documentos inéditos, produzidos por militares que atuaram no Araguaia e que revelam detalhes das operações de combate aos guerrilheiros, assim como as instruções aos agentes da repressão que foram enviados para o local. As baixas sofridas de ambos os lados são registradas. Contudo, não são oferecidas informações sobre a execução de militantes do PC do B, ou seja, os métodos utilizados para eliminar os guerrilheiros continuam sendo omitidos.

Considero que este livro contribui bastante para solucionar dúvidas que ainda existem a respeito do assunto, mesmo não correspondendo à versão oficial. Mas o fato é que, com a publicação dos documentos, não há mais como os militares continuarem negando o seu envolvimento no extermínio da guerrilha e a existência de arquivos secretos a respeito da morte dos militantes.

Importa ressaltar que não se tem apenas uma versão da história – apresentada por militantes do partido que organizou a guerrilha – porque esta se impôs, mas porque os sujeitos que participaram na operação de combate ao movimento se negam a esclarecer ou assumir seu envolvimento no conflito.

Há também alguns trabalhos sobre o assunto²⁸, realizados principalmente por cientistas sociais e historiadores – dentre eles, Campos Filho²⁹, que trata a questão com o rigor de uma pesquisa acadêmica, somando novas informações e discussões sobre a temática.

Até a publicação do livro de Campos Filho, *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*, em 2003, não se sabia da existência de algum militante que participou da guerrilha até a sua última fase e conseguiu sobreviver. Mas isso aconteceu com Micheas Gomes de Almeida (Zezinho)³⁰, que saiu da região em 1974 com a missão de retirar Ângelo Arroyo do local. O

²⁷ MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia**: os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

²⁸ ROCHA JÚNIOR, Deusdedith Alves. **A guerrilha do Araguaia (1972/1974)**. (Dissertação). Universidade de Brasília, 158 p., 1995.

GALDINO, Antônio Carlos. **O Partido Comunista do Brasil e o movimento de luta armada nos anos sessenta**. (Dissertação). Universidade Estadual de Campinas, 190 p., 1994.

NASCIMENTO, Durbens Martins. **A guerrilha do Araguaia**: “paulistas” e militares na Amazônia. (Dissertação). Universidade Federal do Pará, 169 p., 2000.

RICHOPO, Neide. **A esquerda no Brasil**: um estudo de caso. (Dissertação). Universidade de São Paulo, 1988.

²⁹ CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia**: a esquerda em armas. Goiânia: Editora UFG, 2003.

³⁰ O nome de Micheas constava na lista de desaparecidos políticos. Por isso, não foi procurado pelas forças armadas para ser eliminado, já que a ordem vinda de Brasília era para que não houvesse sobreviventes. No caso de Ângelo

encontro do autor com o ex-guerrilheiro e os detalhes sobre a fuga do cerco de aniquilamento são relatados pelo historiador.

Um outro trabalho, produzido pelo grupo *Terrorismo Nunca Mais*, disponível na internet³¹, traz uma visão diferenciada das análises já divulgadas sobre a guerrilha. O grupo julga-se “apto a discutir o assunto com objetividade, (...) de forma a contribuir para o estabelecimento definitivo da verdade”.³² Mas, ao longo do texto, percebe-se que o assunto é tratado de forma maniqueísta, desqualificando as ações dos militantes e enaltecendo as atitudes tomadas pelos militares. Critica-se, inclusive, o fato de ex-guerrilheiros ou seus familiares exigirem reparação por parte do Estado.

*Curiosamente, hoje a esquerda brasileira, malgrado críticas do próprio PC do B, dá ares de vitória ao movimento, ao qual rotula de “guerrilheiro” e, por conseguinte, merecedor do amparo das leis de guerra, especialmente da Convenção de Genebra (...). Tudo, em suma, denota simplesmente o esforço em sacralizar um bando de fora-da-lei banalizando o crime em nome de uma finada ideologia.*³³

Os autores não levam em consideração o fato de que ambas as partes envolvidas na guerrilha justificavam suas ações em nome de uma determinada ideologia e que, se os guerrilheiros utilizaram a violência revolucionária como recurso, foi para combater um outro tipo de violência que havia sido institucionalizada pelos militares com o golpe de 64. Mas este argumento também não é aceito pelos autores, que partem do princípio de que havia na época um governo legal no Brasil, sendo inaceitável combatê-lo com “atividade criminosa”. Eles finalizam o texto, afirmando que “usar oposição criminosa como reação a um momento político é o cínico argumento dos que consideram mero detalhe o fato de a sociedade brasileira nunca ter autorizado usar em seu nome a violência revolucionária”.³⁴

Arroyo, que conseguiu sair da região, foi caçado pela repressão até ser descoberto e assassinado junto de Pedro Pomar, em 1976, no episódio conhecido como **Chacina da Lapa**. No local, estava sendo realizada uma reunião do partido para fazer um balanço sobre a guerrilha do Araguaia. Para mais detalhes sobre o assunto, consultar: POMAR, Pedro Estevam da Rocha. **Massacre na Lapa**: como o Exército liquidou o Comitê Central do PC do B - São Paulo, 1976. São Paulo: Busca Vida, 1987.

³¹ **A guerrilha do Araguaia** [online] Disponível em <<http://www.ternuma.com.br>> e consultado em 02 de junho de 2005.

³² *Idem*, p. 1.

³³ *Idem*, p. 6.

³⁴ *Idem*, p. 14 e 15.

O trabalho produzido pelo coronel Aluísio Madruga³⁵ – que atuou contra a guerrilha – também coincide com as concepções expostas acima. O autor acredita que pode trazer a “grande verdade” sobre o assunto, através de seus relatos como testemunha ocular. Assim, percorre a trajetória do movimento comunista no Brasil até chegar à década de 1970, quando ocorreram os conflitos na região do Araguaia.

No texto, as ações dos guerrilheiros são desqualificadas e eles são considerados terroristas e subversivos. O contrário ocorre com os militares que participaram do conflito, que são vistos como heróis que defenderam a nação, arriscando para isso suas próprias vidas. É interessante observar que nenhum tipo de violência contra a população é citado. Madruga afirma que todos foram tratados com respeito e que até com os guerrilheiros – mesmo sendo inimigos – os militares tiveram uma conduta exemplar. Segundo o autor, aqueles que se entregaram e/ou foram presos não foram maltratados nas bases militares, como explicita o seguinte trecho:

*(...) todas as oportunidades lhes foram dadas. Aqueles que receberam voz de prisão e sentindo que estavam em desvantagem se entregaram, foram presos e bem tratados. O mesmo ocorreu com os que por questões pessoais, fora da situação de combate, também se entregaram. E nem por isso receberam tratamento não condizente com os previstos neste tipo de guerra irregular.*³⁶

Sobre a retirada das forças armadas da região durante a 1ª e a 2ª campanhas, o autor não fala em derrotas, justificando a saída das tropas como uma oportunidade dada aos guerrilheiros de desistirem da luta, abandonando o local. Na sua concepção, a guerrilha representou uma aventura que “não passou de um enorme erro estratégico e tático, acompanhado de erros éticos e humanitários do Partido em relação aos seus próprios quadros. Aliás, possivelmente seus melhores quadros urbanos da década de 1970”.³⁷

Acredito ser importante não partirmos de uma visão maniqueísta (vítimas x algozes) ao analisarmos qualquer assunto, inclusive a guerrilha. É preciso atentar para o fato de que as partes envolvidas atuaram num confronto armado, defendendo uma determinada ideologia e lutando para concretizá-la. Dessa forma, os participantes dos combates do Araguaia – independentemente do lado que representavam – constituíram-se como sujeitos ativos daquele momento histórico.

³⁵ SOUZA, Aluísio Madruga de Moura e. **Guerrilha do Araguaia**: revanchismo – a grande verdade. Brasília: BSB Editora, 2002.

³⁶ *Idem, Ibidem*, p. 162.

³⁷ *Idem, Ibidem*, p. 167.

Inicialmente, quando os integrantes do partido começaram a preparação da guerrilha, tinham a intenção de convulsionar simultaneamente três regiões: o sul do Pará, o norte de Goiás e parte do Maranhão. Um movimento amplo, em áreas diferenciadas, dificultaria a ação de combate do governo. Porém, este propósito não foi efetivado, visto que conseguiram estruturar somente o movimento ocorrido no sul do Pará.

Definida a questão de que era necessário organizar um movimento armado no campo (guerrilha rural) para lutar por uma sociedade mais justa, partia-se para outro fator: quais seriam os pressupostos que norteariam as ações armadas? Dessa forma, a guerra popular foi escolhida como o tipo ideal de luta, fortemente influenciada pelas concepções de Mao Tsé-Tung.

Campos Filho comenta um dos motivos que levaram o partido a seguir as idéias maoístas com o intuito de desencadear a “guerra popular prolongada”.

(...) naquele momento em que o Partido Comunista da União Soviética, estrela guia da revolução mundial, trilhava o caminho da coexistência pacífica, o PC do B não seguiu essa direção e precisava encontrar aliados poderosos no movimento comunista internacional, tanto para enfrentar ideologicamente a política de reconciliação de classes da URSS quanto para internamente, conquistar espaços.³⁸

As idéias de Mao Tsé-Tung³⁹ se caracterizavam como uma alternativa para os que discordavam do reformismo ou revisionismo soviético. Os ensinamentos maoístas demonstravam como era possível sair vitorioso de uma guerra, mesmo estando em situação desfavorável, prolongando a luta ao máximo e levando o inimigo ao desgaste físico e psicológico. Para isso, uma série de fatores deveriam ser considerados, como a escolha de um local propício, no qual a população aderisse à luta, constituindo-se em efetiva base de apoio.

Seriam os próprios moradores da região deflagrada que fariam parte do Exército Popular de Libertação, orientados pelo partido. Nesse sentido, o partido possuía a função de dirigir o processo revolucionário. Durante a guerrilha, era preciso saber o momento certo de atacar o adversário – superior em armamentos e quantidade de homens – passando da defensiva

³⁸ CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa, *op.cit.*, p. 65.

³⁹ Mao Tsé-Tung chegou a ser considerado, pelo PC do B, o maior marxista-leninista de sua época. Seus textos eram discutidos por militantes do partido, junto com clássicos de Marx e Engels. Mas alguns fatos ocorridos na década de 1970 levaram o partido a se afastar das idéias maoístas. Entre eles, podemos citar a aproximação da China com a URSS – renegada pela opção reformista – e o reatamento das relações diplomáticas com os Estados Unidos, considerado como a figura central do imperialismo.

estratégica à ofensiva. O exército popular iria adquirir a experiência necessária ao longo da luta que, por isso, seria prolongada.

A noção de que a população do campo vivia na ignorância e na miséria está presente em *Guerra popular: caminho da luta armada no Brasil*,⁴⁰ que define o tipo de luta a ser seguido. Partia-se então do pressuposto de que era preciso levar a consciência política a esses moradores, como se a consciência viesse de fora, ou seja, de elementos externos à vivência das comunidades rurais e não de fatos concretos do seu cotidiano.

No mesmo documento, o PC do B critica outros tipos de luta, dentre elas a teoria do foco, segundo a qual pequenos grupos praticariam ações armadas e através de atos heróicos atrairiam novos combatentes que gradualmente se integrariam à luta, possibilitando o desenvolvimento da guerrilha rural e, conseqüentemente, sua vitória.

O foquismo inspirava-se no exemplo da Revolução Cubana, liderada por Che Guevara. A organização militar era o aspecto mais importante da luta, visto que ela poderia criar as condições necessárias para a revolução. Neste sentido, o partido teria um papel secundário, já que seriam os próprios combatentes que norteariam o processo revolucionário.

Para o PC do B, a guerra revolucionária envolvia três fatores: o militar, o de massas e o político, sendo este o determinante. Assim, a principal crítica à teoria do foco era a de ser reducionista, negando ao partido a sua função de liderança.

*A concepção do “foco” nega a necessidade do Partido, contrapõe a guerrilha ao Partido e defende que o grupo armado é a vanguarda política da revolução. É, pois, grandemente nociva. Sem a existência de um partido revolucionário, que prepare e dirija em todos os terrenos, e em âmbito nacional, a luta armada, é impossível alcançar a vitória. A luta do povo contra seus inimigos mortais não se pode reduzir à ação de um grupo armado.*⁴¹

As ações foquistas eram consideradas voluntaristas, sem estruturação efetiva ou base de apoio. O trabalho político com as massas não era um aspecto fundamental como na guerra popular prolongada. No entanto, em alguns momentos, as ações desenvolvidas no Araguaia foram interpretadas como foquistas, pelo fato de que a população não aderiu à guerrilha como se esperava, ou seja, não constituiu um exército popular. A luta armada ocorreu com participação

⁴⁰ *Guerra popular: caminho da luta armada no Brasil* é o título da Resolução do Comitê Central do PC do B, de janeiro de 1969, citada por diversos autores, incluindo GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

⁴¹ POMAR, Wladimir. **Araguaia**: o partido e a guerrilha. São Paulo: Brasil Debates, 1980, p. 104.

majoritária dos militantes do PC do B, mas, nos documentos oficiais do partido, informa-se que cerca de 90% dos moradores colaboraram com a guerrilha.

Assim, podemos constatar que há uma discrepância entre o que foi proposto teoricamente e o que ocorreu na prática durante a guerrilha. Nem todas as pessoas que apoiaram se integraram às *Forças Guerrilheiras do Araguaia*⁴², fazendo parte dos destacamentos e participando ativamente dos combates. Havia outras formas de apoio, como dar informações sobre a movimentação das tropas e ajudar os guerrilheiros a adquirir mantimentos e outros produtos.

Dos trabalhos publicados por militantes, aos quais tive acesso, o de Pomar é o único que faz críticas ao partido, no que se refere à sua atuação na preparação e no desenvolvimento na guerrilha do Araguaia. O autor aponta alguns erros cometidos durante a luta e que contribuíram para a desestruturação da guerrilha. Ele coloca um questionamento: se a concepção teórica adotada era a da guerra popular, entendida como uma forma de luta que nasce dos anseios da população, por que era o partido (enquanto vanguarda política) e não o povo que deveria desencadear a luta armada? E conclui que a prática não correspondeu de fato à teoria proposta.

Os militantes que participaram da guerrilha não aceitam esta crítica, afirmando que o que se deu na região do Araguaia não deve ser associado ao foquismo.

*Ao contrário do foco, nossa experiência nasceu na região, com uma preparação vinculada ao povo, com um programa político à altura das exigências e aspirações da população. (...) Os que foram para Amazônia, lá se dedicaram ao trabalho de organizar os exploradores. Lá tiveram de tratar a luta armada como um meio de levar o povo ao poder. E isso não tem nada a ver com o foquismo. Os guerrilheiros não pensavam arrastar atrás de si massas passivas, através de seus feitos. Acreditavam na luta do povo, eram pessoas do povo e achavam que só tem futuro a luta com sólida base popular.*⁴³

A eficácia da guerra popular, como uma forma de luta legítima do povo contra a opressão a que está submetido, relacionava-se a uma série de aspectos. Era imprescindível que os combatentes interagissem com a população, soubessem quais eram suas reais necessidades, para posteriormente organizá-la para luta. Por isso, a boa conduta moral era uma característica tão importante para um guerrilheiro quanto a preparação físico-militar.

⁴² Os guerrilheiros que combateram no sul do Pará compunham as Forças Guerrilheiras do Araguaia. Estas se guiavam por um regulamento militar conhecido como Regulamento dos 32 Artigos.

⁴³ “Depoimento de José Genuíno Neto” - militante do PC do B no período da guerrilha, da qual participou na 1ª campanha, sendo preso em 1972. In: SAUTCHUK, Jaime et al. **A guerrilha do Araguaia**. Coleção História Imediata. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978, p. 45.

De acordo com relatos de militantes que foram para o Araguaia e conseguiram sair do local com vida, a primeira norma seguida ao se chegar na região era ouvir muito e falar pouco. Isto pelo fato de que primeiro precisavam aprender com os moradores como eram os costumes locais, o trabalho na roça, as condições de subsistência, para irem adquirindo sua confiança ao longo da convivência diária.

Esta era a proposta do partido: transformar militantes do PC do B, previamente selecionados e oriundos de várias cidades, em típicos moradores e trabalhadores rurais. Assim, poderiam tomar conhecimento de perto, como sujeitos participantes, dos problemas e reivindicações da comunidade. Na primeira fase de estruturação da guerrilha, nem a população nem as autoridades poderiam suspeitar da envergadura do projeto político-social que lá estava sendo estruturado.

A movimentação ocasionada pela chegada constante, na região, de militantes que iam se fixando, construindo casas e abrindo roças, na o foi percebida como um fato estranho, pois era grande o fluxo de pessoas que iam para o local, à procura de um pedaço de terra onde pudessem residir e retirar o seu sustento. Este movimento se intensificou com o projeto de colonização e desenvolvimento da Amazônia e com a construção da ferrovia Transamazônica.

A campanha do governo era para que as pessoas fossem morar naquela região, povoando-a. Mas a questão é que já havia muitos brasileiros residindo no local e a elas o poder público não dava nenhum tipo de assistência – pelo contrário, “se fazia presente apenas para cobrar impostos”.⁴⁴ As condições de trabalho eram precárias e grande parte dos trabalhadores eram analfabetos, desconheciam muitos de seus direitos, não tinham a carteira de trabalho assinada nem documento de identidade. Quando reivindicavam algo a seus patrões, eram demitidos e/ou ameaçados por capangas ou pela própria polícia que era conivente com os latifundiários. A lei existente era a do mais forte, ou seja, dos grandes proprietários de terras.

A região também era carente no que se refere à saúde e à educação. Não havia escolas nem atendimento médico-hospitalar para todos. O índice de mulheres que morriam por

⁴⁴ Em entrevista ao jornal Movimento (1978), o coronel e ex-governador do Pará, Jarbas Passarinho – Ministro da Educação no período da guerrilha – comenta sobre a região escolhida pelo PC do B: “Uma área onde o Governo só se fazia presente para cobrar impostos. Não tinha assistência, não dava assistência, porque era precária em tudo. (...) Seriam então [os moradores] muitos sensíveis a qualquer movimento que fosse capaz de dar a eles a assistência que nunca tiveram”. In: SAUTCHUK, Jaime et al. **A guerrilha do Araguaia**. Coleção História Imediata. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978, p. 22.

complicações durante a gravidez era alto, assim como a taxa de mortalidade infantil. Os projetos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que deveriam assistir os pequenos lavradores (muitos vindos do Nordeste em busca de melhores condições de vida), serviam, na prática, para favorecer os interesses de grandes proprietários.

Muitos moradores eram expulsos de suas propriedades, para dar lugar a enormes fazendas de criação de gado de empresários estrangeiros. Eram obrigados a saírem de suas casas, recebendo por isso míseras indenizações ou, às vezes, nem mesmo isso. Alguns autores⁴⁵ afirmam que a questão agrária, da posse e distribuição da terra, é o motivo mais contundente de conflito na região onde se deu a guerrilha, tendo na figura do posseiro o personagem principal.

*Homens e mulheres precisavam de coragem para garantir um pedaço de chão no sul do Pará. Ninguém possuía títulos de propriedade. Posseiros sofriam com as tentativas de tomada de terras. As ações impunes dos grandes grileiros eram acobertadas pela PM, que, quando aparecia, agia como braço armado dos invasores.*⁴⁶

Dentre os primeiros militantes que chegaram ao Araguaia, estavam Elza Monnerat, Maurício Grabois, João Carlos Hass Sobrinho, Osvaldo Orlando da Costa e José Humberto Bronca. Os três primeiros eram membros da Comissão Militar da guerrilha. Gradualmente, outras pessoas foram chegando. Todos seguiam uma rotina estabelecida, das 06 às 22 horas, que conciliava o trabalho nas lavouras com a preparação para a guerrilha, incluídos aqui os treinamentos teórico e físico-militar.

Inicialmente, era preciso se adaptar ao ritmo de vida local que diferia muito da vida nas cidades. Grande parte dos militantes que se preparavam para o combate eram estudantes universitários ou já formados que saíam de uma vida urbana, com mais recursos, para uma rotina rural simples. José Genuíno chegou a afirmar que a vida no campo era para eles uma universidade diferente⁴⁷.

A preparação teórica era realizada com a leitura e discussão de textos que falavam sobre exploração, luta de classes, guerra de guerrilhas e temas afins. As qualidades típicas de um guerrilheiro também eram analisadas: ele deveria estar disposto a se desvincular de tudo que o

⁴⁵Dentre eles, podemos citar: SAUTCHUK, Jaime et al. **A guerrilha do Araguaia**. Coleção História Imediata. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978; MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha**. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

⁴⁶ MORAIS, Taís; SILVA, Eumano, *op. cit.*, p. 31.

⁴⁷ SAUTCHUK, Jaime et al. "O guerrilheiro - depoimento de José Genuíno Neto". *In: A guerrilha do Araguaia*. Coleção História Imediata. São Paulo: Alfa - Ômega, 1978, p. 26-48.

impedisse de exercer a sua militância, inclusive a se afastar de sua família. O êxito do grupo era o que importava. Por isso, era fundamental que soubesse trabalhar em conjunto, já que o coletivo se sobrepunha ao individual.

No que se refere aos combatentes do Araguaia, uma boa conduta moral foi importante para adquirirem a confiança e o respeito da população. Alguns moradores, quando tinham que ir trabalhar em locais distantes, pediam aos “paulistas” – como eram chamados os militantes – para cuidarem de suas famílias durante o período de ausência.

Existiam lavradores lá (e este é um dado muito vivo!) que não deixavam as filhas e as mulheres aparecerem para ninguém. Coisa comum entre camponeses. E nós, os solteiros, éramos as únicas pessoas a quem as mulheres vinham servir cafezinho. Tinha lavrador que viajava e chamava um de nós para cuidar da casa dele, ficar dormindo lá, porque ele sabia que a gente não ia criar problema nenhum. (...) A gente era muito responsável. Se marcava um trato, cumpria. Participava de toda a vida social.⁴⁸

A preparação militar exigia muita disciplina. A primeira atividade do dia compreendia exercícios físicos para adquirir maior resistência e fortalecer os músculos. O trabalho pesado na roça auxiliava neste aspecto. Tudo era feito com o maior cuidado possível para que ninguém percebesse que aquilo era um treinamento de guerrilha.

O conhecimento do território era um ponto fundamental. Os guerrilheiros passavam dias dentro da mata, levando consigo apenas alguns mantimentos. Tinham que saber dominar o local, retirando dele os recursos necessários para sua sobrevivência. Lá treinavam técnicas de camuflagem, emboscadas, aprendiam a andar sem deixar rastros, a montar acampamentos, a retirar água de alguns tipos de cipós⁴⁹. O tempo que ficavam na floresta também era destinado para o mapeamento da região. Esse trabalho começou a ser feito em 1970 e foi muito útil para os guerrilheiros, quando tiveram que passar meses na mata ao serem atacados pelas forças armadas em 1972.

Até aquele momento, a população desconhecia os propósitos reais que levaram os militantes para a região sul do Pará, mesmo porque vinham sendo realizadas somente ações no sentido de dar assistência aos moradores. Como muitos dos que para lá foram possuíam curso superior (mesmo que incompleto), utilizavam seus conhecimentos com esse intuito. Faziam

⁴⁸ PORTELA, Fernando “Fala o guerrilheiro”. In: **Guerra de guerrilhas no Brasil**. São Paulo: Global, 1979, p. 153.

⁴⁹ Estas informações constam em trabalhos publicados por militantes que participaram da guerrilha e sobreviveram, como: SÁ, Glênio. **Araguaia**: relato de um guerrilheiro. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004.

partos, ensinavam cuidados básicos de saúde que ajudaram a reduzir o índice de mortalidade infantil, distribuía alguns remédios. Chegaram até a construir pequenas escolas e, às vezes, orientavam os moradores em disputas legais pela posse de terras.

Os membros do PC do B discutiam, com os outros moradores, problemas como a falta de incentivos e recursos governamentais para os pequenos lavradores e a exploração do seu trabalho. A partir dessas discussões, organizaram o *Programa dos 27 Pontos*⁵⁰, contendo suas principais reivindicações. Vale ressaltar que esse trabalho político não era explícito, não se mostrava vinculado a nenhum partido, e acabou tendo repercussão negativa para a guerrilha. Os guerrilheiros só revelaram quem eram e o que almejavam após o término do primeiro combate.

Como resultado, muitas pessoas inocentes tiveram suas vidas marcadas pela violência, sendo presas e torturadas sem entender o que se passava. Foram submetidas a uma série de atrocidades, simplesmente por conhecerem ou falar bem daqueles que a repressão chamava de “terroristas”. E o mais absurdo é que muitos sequer sabiam o significado deste termo e por isso apanhavam ainda mais.

Acredita-se que os combates que ocorreram na extensão compreendida entre Marabá e Xambioá se iniciaram a partir da delação de uma militante (Lúcia Regina de Souza Martins), que deixou a região por motivos de saúde. Esta é a versão do PC do B, na tentativa de explicar como a preparação para a guerra popular prolongada foi descoberta pelos órgãos da repressão.

Porém, em documentos produzidos pelas forças armadas e publicados no livro *Operação Araguaia*, consta que as primeiras informações sobre a organização de uma guerrilha no sul do Pará foram dadas, sob tortura, por Pedro Albuquerque Neto – o primeiro militante preso, em fevereiro de 1972. Ele havia fugido da região em meados de 1971 com sua mulher Tereza Cristina Albuquerque que estava grávida.⁵¹

Ao chegar ao local, as forças do governo não imaginavam a preparação que estava em andamento para desencadear a guerra de guerrilhas. Acreditavam que ali se encontrava um grupo de militantes clandestinos que estavam fugindo das perseguições nas cidades e indo para o interior realizar um trabalho político junto àquela comunidade. Só se deram conta da dimensão da organização dos guerrilheiros quando não conseguiram aniquilá-los na primeira campanha, que durou de abril a julho de 1972.

⁵⁰ Ver Anexo A.

⁵¹ Estas informações também constam em: SOUZA, Aluísio Madruga de Moura e, *op. cit.*, p. 131 e 132.

Nesse período, os soldados enviados para o combate eram em sua maioria recrutas que não possuíam conhecimento da região na qual atuariam. Sofriam com o clima quente e úmido e com as doenças típicas do lugar, como a malária e a leishmaniose. Mesmo assim, utilizaram a violência contra a população e os prisioneiros para obter as informações que necessitavam sobre os guerrilheiros: quando estabeleceram residência, como se organizavam, quais eram suas bases de apoio, seus vínculos partidários. Algumas cidades foram ocupadas e se tornaram quartéis militares (Araguatins, Xambioá, Bacaba, Marabá). A rotina dos moradores foi totalmente alterada, inclusive com o estabelecimento de horários para se recolher às casas.

Após três meses procurando pelos guerrilheiros que se refugiaram na mata, sem conseguir encontrá-los, as tropas resolveram se retirar. Agora a guerra havia começado e os militantes já sabiam que seria uma luta difícil e prolongada. Sabiam também que precisavam se preparar melhor e buscar o apoio efetivo da população. Então começaram a divulgar os propósitos da sua militância política, falando abertamente ao povo.

As notícias dos embates que ocorriam eram divulgados nos jornais *A Classe Operária* e *Araguaia* – este circulou entre 1972 e 1975 e sua edição estava sob responsabilidade de uma comissão que organizava a guerrilha, vinculada ao PC do B. O propósito era informar as pessoas (em âmbito nacional) que estava ocorrendo uma guerrilha no país e chamá-las para que apoiassem aquela causa e aderissem à luta.

Tanto *A Classe Operária* quanto o *Araguaia* eram jornais vinculados ao PC do B e faziam parte da imprensa alternativa – clandestina, melhor dizendo. O único jornal de circuito comercial aberto que publicou notícias sobre a guerrilha, no período em que ela estava iniciando, foi o *Estado de S. Paulo*. A matéria “Em Xambioá, a luta é contra guerrilheiros e atraso” foi publicada em setembro de 1972 e teve repercussão internacional, sendo comentada pelo jornal *New York Times*.

Quando ocorreu o primeiro embate, havia 69 combatentes distribuídos em três destacamentos (A, B e C) compostos por três grupos cada um. Os destacamentos se localizavam no Caiano, próximo a São Geraldo (A); na Gameleira (B); em Apinajés, próximo a São João do Araguaia - Base de Faveiro (C). Cada um deles possuía um comandante e um vice-comandante que coordenavam as atividades dos grupos. Os três destacamentos eram subordinados a uma Comissão Militar, que, por sua vez, estava subordinada à Comissão Executiva do Partido.

Sobre essa forma de organização, comenta Genuíno: “Os grupos eram pequenos para facilitar o trabalho político. Cada um tinha sua área de atuação, para facilitar um combate - não poderíamos ser cercados todos juntos. Cada grupo tinha autonomia em treinos de sobrevivência, para resolver seus problemas alimentícios...”⁵²

O comandante militar mais conhecido e que chegou a virar lenda na região foi Osvaldo Orlando da Costa, popularmente conhecido por Osvaldão. Era muito respeitado não só pelos seus companheiros militantes, mas também pelos moradores, que acreditavam que Osvaldão tinha o corpo fechado e, portanto, não seria capturado ou morto pelos soldados. Com o intuito de derrubar a lenda, os militares exibiram o corpo dele amarrado a um helicóptero, após matá-lo no final de 1974.

Com base no *Programa dos 27 Pontos*, que sintetizava as principais necessidades da população, desde a regulamentação de seu trabalho até investimentos para o desenvolvimento da região e maior assistência médica e escolar, foi criada a *União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo* (ULDP). Após a 2ª campanha, quando as tropas demoraram mais tempo para voltar aos ataques, os militantes organizaram o núcleo da ULDP com o objetivo de desenvolver um trabalho político mais concreto junto aos moradores.

Também nesse período, foi criado o *Regulamento dos 32 Artigos*, que estabelecia quais eram as funções dos combates que compunham as *Forças Guerrilheiras do Araguaia (Forga)*. A estrutura militar, a organização dos destacamentos e a hierarquia estabelecida são alguns dos pontos discutidos no documento.

Na segunda fase da luta (de setembro a novembro de 1972), os militares resolveram mudar de estratégia. Tentaram cativar as pessoas, desenvolvendo uma operação assistencial denominada Ação Cívico-social (Aciso). Distribuía remédios e alimentos, davam assistência médica e dentária, providenciavam documentos como identidade e carteira de trabalho. Houve até a tentativa de minimizar os conflitos pela posse da terra – alguns grileiros e até mesmo fazendeiros da região foram presos – com a intenção de iludir as pessoas e minar a base de apoio dos guerrilheiros.

Como a proposta dos militares era cativar a população para obter o seu apoio no combate à guerrilha, foi distribuído um comunicado aos soldados enviados ao Araguaia, redigido pelo

⁵² SAUTCHUK, Jaime et al., *op. cit.*, p. 38.

general Antônio Bandeira. Este documento afirmava a necessidade de dar à população um bom tratamento para que a imagem do Exército não fosse comprometida.

CONDUTA PARA COM A POPULAÇÃO CIVIL:

Soldado!

Você irá atuar em regiões onde muitos habitantes nunca viram um soldado do Exército. Do seu comportamento dependerá a imagem que o povo fará de nosso Exército

Você deve:

- Respeitar os habitantes.
- Respeitar a propriedade alheia.
- Tratar com urbanidade a todos.
- Tratar com respeito as senhoras e senhoritas.
- Acatar as autoridades locais.
- Pagar pelo justo preço o que comprar.
- Indenizar pelo justo preço o que danificar e não puder reparar.
- Ajudar a quem lhe pedir, dentro de suas possibilidades.

Você não deve:

- Dirigir gracejos e insultos aos habitantes.
- Colher frutos da propriedade alheia.
- Penetrar em residências.
- Depredar a coisa pública ou particular.
- Ser grosseiro com os habitantes.
- Maltratar os animais.
- Danificar as colheitas.

Você é um militar inteligente e consciente. Não precisa de um superior para cumprir fielmente essas normas de procedimento.

Seu Comandante.⁵³

⁵³ MORAIS, Taís; SILVA, Eumano, *op. cit.*, p. 271.

As orientações não foram seguidas e uma série de abusos foram cometidos contra os moradores. Mais uma vez, a teoria não correspondeu à prática adotada pelos militares no Araguaia, visto que em muitos momentos eles desrespeitaram os direitos da população, agindo de forma arbitrária e violenta.

Os soldados tentaram difamar os guerrilheiros, dizendo para a população que eles eram terroristas e subversivos (o que muitos não entendiam, como já foi comentado anteriormente), que cometiam vários tipos de crimes nas cidades de onde vieram: roubos, estupros, assassinatos. Mas não era fácil convencer os moradores de que seus vizinhos, que sempre se dispuseram a ajudá-los no que fosse necessário, eram más pessoas e por isso estavam sendo caçados de uma forma tão violenta.

Outras estratégias adotadas foram infiltrar espiões entre os moradores para obter informações e andar em tropas descaracterizadas. Assim, não seria possível identificar, num primeiro momento, quem eram os soldados. Em contrapartida, estes já sabiam quem eram os guerrilheiros, porque quase todos já tinham sido presos anteriormente nas cidades de onde vieram. Mesmo com essas inovações, as forças armadas ainda não conseguiriam desestruturar a guerrilha, saindo mais uma vez derrotadas. Os militares montaram um quadro, contendo o mapeamento da região e as fotos com os nomes dos combatentes. Isso facilitou sua identificação pelos soldados. Cada guerrilheiro morto tinha sua foto marcada, indicando que era um a menos no combate. As baixas do inimigo eram comemoradas com entusiasmo pelos militares. Quanto mais popular era o militante alvejado, maior a comemoração.

O período maior de tréguas ocorreu entre a segunda e terceira campanhas. Um dos motivos é que as tropas repressoras estavam desmoralizadas, ao contrário dos militantes que, mesmo com o aumento do número de presos e mortos em combate, mantinham a moral elevada (fato relevante em uma guerra). Era necessário mais tempo para elaborarem uma tática efetiva, sem chances de derrotas, como comenta Campos Filho:

Não voltariam enquanto não tivessem certeza de poder eliminar, um a um, todos os guerrilheiros. Desta vez não haveria sobreviventes, tudo seria feito para cercá-los: construção de estradas, quartéis, pontes, destruição de roças inteiras, intimidações, prisões, torturas... Um ano de trégua, depois, um ano de terror. Era a terceira campanha contra a guerrilha do Araguaia.⁵⁴

⁵⁴CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa, *op. cit.*, p. 128.

Essa fase foi a mais longa e violenta da luta. Durou de outubro de 1973 até o final de 1974. Os soldados enviados para o combate estavam bem preparados; possuíam treinamento específico antiguerrilha. Os guerrilheiros foram atacados não só pela via terrestre, mas também pela aérea. Uma equipe de pára-quedistas do Rio de Janeiro, comandada pelo general Hugo Abreu, participou do conflito. As tropas já conheciam bem o território e surpreenderam seus inimigos ao entrarem na selva no período de chuvas.

É válido ressaltar que, a partir desse momento, o número de militantes começou a diminuir consideravelmente, o que se tornou um enorme problema. Enquanto o governo enviava para a região novos soldados, bem armados e treinados para aquele tipo de luta, seus opositores não dispunham de uma série de recursos. Seus armamentos, por exemplo, precários desde o início da guerrilha, limitavam-se a armas utilizadas para caça e algumas fabricadas pelos próprios guerrilheiros, que possuíam uma oficina, na qual também faziam pequenos reparos e consertos.

Nesse momento, mesmo que outras pessoas se dispusessem a participar do conflito para repor as baixas sofridas, não eram aceitas, pelo fato de não terem passado por nenhum tipo de preparo ou treinamento para combaterem numa guerra de guerrilhas. Um representante do PC do B se refere a esses voluntários, dizendo que “eram pessoas filiadas, pessoas de outros partidos de esquerda, ou gente que não tinha nada a ver. Isso, de certa forma, surpreendeu. Mas nós não iríamos jogar no fogo pessoas inexperientes”.⁵⁵

No entanto, os guerrilheiros que já estavam no local ficaram cercados e isolados, sem nenhum tipo de contato ou apoio do partido, ou seja, abandonados à própria sorte. Inicialmente, discutia-se a necessidade do partido estar presente para dirigir a luta revolucionária, mas, no momento em que os combates se acirraram, as lideranças da Comissão Militar, a exemplo de Elza Monnerat, João Amazonas e Ângelo Arroyo, fugiram da região e voltaram para a cidade.

Novamente, os guerrilheiros se refugiaram na mata, o que de certa forma facilitou o cerco montado para aniquilá-los. Um dos erros apontados como fatais para os militantes foi o de não terem preparado uma saída estratégica e emergencial, caso a região fosse totalmente cercada por terra, água e ar. Na verdade, houve certa subestimação do poderio do inimigo, o que foi um ponto positivo para as forças de repressão. Outro erro foi a centralização das decisões na Comissão Militar que não possuía experiência na preparação daquele tipo de luta.

⁵⁵ PORTELA, Fernando, *op. cit.*, p. 52.

Com o tempo, os mantimentos (remédios, alimentos, roupas, munição) se tornaram escassos e as dificuldades para repô-los eram imensas.⁵⁶ Muitos dos moradores que antes os auxiliavam, agora se recusavam a ajudá-los, amedrontados pela extrema vigilância e pela violência que configuravam um estado de terror com o qual eram obrigados a conviver. O contato com a direção do partido foi inviabilizado desde o momento que os órgãos da repressão descobriram o envolvimento do PC do B na preparação da guerrilha.

A perseguição aos seus membros (principalmente aos dirigentes), que já era grande, ficou ainda mais acirrada. A intenção era cortar todos os meios de contato, deixando os combatentes completamente isolados das bases de apoio, tanto do campo quanto das cidades. Esse foi um dos fatores primordiais para o desfecho que teve a guerrilha.

Foi forte a mobilização de recursos e pessoas para acabar definitivamente com o movimento guerrilheiro. De acordo com o documento *Gloriosa jornada de luta*, elaborado pelo PC do B, as três campanhas empreendidas pelas forças armadas – incluindo Exército, Marinha, Aeronáutica e o apoio da Polícia Militar – contaram com a participação de cerca de 25.000 soldados⁵⁷, que desenvolveram uma série de atividades para eliminar menos de 100 guerrilheiros. O documento relata como se deram essas ações, comandadas principalmente pelo Exército:

*Ocupou todas as cidades, vilas e lugarejos da região, instalou-se nas fazendas e sedes de castanheais. Prendeu, espancou e torturou centenas de lavradores, queimou seus barracos e suas roças, seus paióis de milho e arroz, assassinou populares, matou friamente prisioneiros e feridos em combate. Submeteu a vexames e humilhações padres e freiras, comerciantes e pessoas influentes. Obrigou os trabalhadores rurais a usar carteiras especiais de identificação para circularem na área. Criou mais cinco batalhões de infantaria da selva e construiu, a toque de caixa, enormes instalações militares na Amazônia. A região foi praticamente isolada do resto do país.*⁵⁸

⁵⁶ A situação se agravou quando os militares descobriram onde se encontravam os depósitos de remédios e alimentos, escondidos pelos guerrilheiros na mata. Alguns foram descobertos por acaso, outros devido à delação de militantes presos. A ordem era para que esses depósitos fossem completamente destruídos para que os combatentes ficassem sem nenhuma reserva.

⁵⁷ Há autores que falam em um número bem menor de soldados: “O contingente estimado das tropas que participaram das operações de combate à guerrilha, envolvendo Exército, Marinha e Aeronáutica, foi de 10.000 militares, mobilizados em três grandes campanhas de cerco aos guerrilheiros”. GALDINO, Antônio Carlos. **O Partido Comunista do Brasil e o movimento de luta armada nos anos sessenta.** (Dissertação). Universidade Estadual de Campinas, 190p.,1994.

⁵⁸ POMAR, Wladimir, *op. cit.*, p. 146 e 147.

Como a comunicação entre os guerrilheiros e o partido havia sido interrompida desde a ocupação da região pelos militares, no início da 3ª campanha, os membros do Comitê Central do PC do B não tinham notícias sobre os militantes. As últimas informações foram dadas por Ângelo Arroyo, quando reestabeleceu contato com o partido em meados de 1974.

Todos os indícios apontavam para o fim e a derrota da guerrilha, já que os recursos dos guerrilheiros eram extremamente pobres diante do aparato militar montado para aniquilá-los. Apesar disso, o partido relutava em reconhecer o desfecho da guerrilha e, mesmo sem ter notícias sobre o que se passava nas margens do Araguaia, produziu documentos exaltando a luta⁵⁹, quando esta já havia sido encerrada. Só veio a afirmar que ela estava retrocedendo em 1976.⁶⁰ Sobre esta questão, comenta Gaspari:

Enquanto os capas-pretas do PC do B combatiam numa guerrilha que não tinha mais história, o CIE [Centro de Informação do Exército] combatia a História, para que nela não existisse guerrilha. Equipes militares mandadas ao Araguaia abriram sepulturas, retiraram os corpos espalhados pela região e levaram-nos de helicóptero para a Serra das Andorinhas, onde foram queimados em fogueiras de pneus carecas.⁶¹

Durante a 3ª campanha, até mesmo os índios da tribo Suruí, que tinham vasto conhecimento territorial, foram obrigados a participar dos combates, servindo de guias para os soldados. O general Antônio Bandeira, chefe das tropas do Exército no período em questão, conseguiu a autorização da Fundação Nacional do Índio (Funai) para recrutá-los.

Outro órgão público utilizado pelas forças armadas foi a Superintendência de Campanhas de Saúde Públicas (Sucam). Alguns militares ocuparam cargos nesta instituição para desenvolver operações sigilosas, com propósito de se infiltrar na comunidade e coletar informações, rastreando os guerrilheiros e localizando os moradores que os apoiavam.

O coronel Aluísio Madruga, ao dar sua versão sobre a guerrilha, conta como estes órgãos foram utilizados:

⁵⁹ “Três anos de luta guerrilheira”. **A Classe Operária**. Abril/1975, n. 96, p. 235-237; “Tarefa primordial”. **A Classe Operária**. Setembro/1975, n. 100, p. 243-245. Estes artigos foram reproduzidos no livro: POMAR, Wladimir, *op. cit.*

⁶⁰ “Mesmo que temporariamente a guerrilha haja retrocedido, os ideais que encerra estão bem vivos e atuantes na consciência dos lavradores, do campesinato de todo país”. “Invencível bandeira de luta”. *In*: POMAR, Wladimir, *op. cit.*, p. 247.

⁶¹ GASPARI, Élio. “A floresta dos homens sem alma”. *In*: **As ilusões armadas**: a ditadura escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 462.

Para montagem das histórias de cobertura dos dirigentes, foi decidido que órgãos federais que lá atuavam seriam utilizados. Assim, por intermédio do Ministério da Agricultura, foram nomeados alguns agentes para atuarem oficialmente junto ao INCRA. O mesmo ocorreu com a SUCAM, sendo que os mata-mosquitos foram oficialmente treinados em Formosa/GO.⁶²

Para recompensar os moradores que prestaram serviços às forças armadas (fornecendo informações, guiando tropas, etc.), foram distribuídas, pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra), terras na estrada operacional conhecida como OP-3. Os moradores que lá residiam tinham acesso a uma série de recursos como assistência médica e distribuição de alimentos. No entanto, viviam sob o controle do Dr. Sebastião Curió, também conhecido como major Luchini⁶³, precisando de autorização até para se ausentar da região.

Dele é a estradinha de terra de 50 quilômetros, a Operacional nº. 3, mais conhecida como OP-3; a ele cabe a manipulação de toda a atividade das 1000 pessoas pobres, 200 famílias, que vivem à margem da estrada (...) Naquele pequeno feudo, as pessoas não têm o direito de revender seus lotes, de 200 hectares, estão proibidas de terem contato com os padres da região porque, segundo o dr. Curió, eles são comunistas; mas, em compensação, recebem assistência médico-dentária, financiamentos para suas lavouras, organização de festas religiosas e forrós, escolas e muita pregação cívica, gênero “corrente para frente” e “Brasil grande”.⁶⁴

Fica evidente a intenção de ocultar ao máximo a guerrilha do Araguaia, silenciando, ora por meio da violência explícita, ora por ameaças sutis, aqueles que a presenciaram. Nos dias atuais, três décadas após o término da guerrilha, ainda não se tem divulgada a versão oficial (do governo e das forças armadas) sobre o que ocorreu no Araguaia. São muitas as tentativas de se apagar da memória e da história esse episódio de luta por ideais de mudanças concretas em vários âmbitos da sociedade.

As forças armadas afirmam que, se foram produzidos documentos no período de combate, estes já foram descartados.⁶⁵ Mas se isso fosse verdade, por que o governo federal precisaria criar

⁶² SOUZA, Aluísio Madruga de Moura e. **Guerrilha do Araguaia: revanchismo – a grande verdade**. Brasília: BSB Editora, 2002, p. 55.

⁶³ A influência do major na região do Araguaia não se restringiu ao período da guerrilha. Atualmente, ocupa o cargo de prefeito da cidade de Curianópolis - PA, por ele fundada.

⁶⁴ PORTELA, Fernando, *op. cit.*, p. 95.

⁶⁵ As ordens vindas de Brasília, de acordo com o depoimento do coronel de reserva Pedro Corrêa Cabral, que atuou na 3ª campanha, era para que não ficassem vestígios sobre o ocorrido. Para tanto, foi desencadeada, no início de 1975, a “Operação Limpeza”. Corpos de guerrilheiros foram desenterrados, levados para locais de difícil acesso (Serra das Andorinhas) e em seguida queimados. Tudo foi feito para apagar as provas da existência da guerrilha.

decretos e leis que inviabilizam a abertura dos arquivos da ditadura, prorrogando o tempo de sigilo dos documentos? O que se quer esconder e qual o motivo?

Os métodos de combate utilizados pelas forças armadas contra guerrilheiros e moradores da região já foram divulgados em documentos do PC do B, relatos de militantes que presenciaram o conflito e em alguns trabalhos jornalísticos e acadêmicos. Hoje já sabemos das torturas cruéis, absurdas e covardes a que foram submetidos os contraventores, com o aval dos governos militares. Então, por que continuar negando a existência dos fatos e o acesso a documentos que os relatam?

Uma das justificativas dadas por autoridades civis é a necessidade de se preservar a estabilidade das instituições democráticas. Mas é preciso rever qual é o significado desta democracia, que nega aos cidadãos o direito de conhecerem uma parte muito importante de sua própria história.

No que diz respeito ao silêncio oficial que cerca o assunto da guerrilha, podemos dizer, com algumas ressalvas, que há exceções. Em 1993, foi publicado o livro *Xambioá - Guerrilha no Araguaia*⁶⁶, de Pedro Corrêa Cabral, um capitão-aviador designado para ir ao Araguaia durante a 3ª campanha, na condição de piloto de helicóptero. Desempenhando essa função, pode observar como os guerrilheiros eram capturados e levados para a base militar em Xambioá, onde passavam algum tempo, até que os oficiais conseguissem retirar deles alguma informação relevante. Como a ordem era para que todos fossem eliminados, posteriormente eram escoltados até a selva para lá serem assassinados.

Esse era um procedimento normal, adotado com frequência durante o período de luta. Nem todos os guerrilheiros presos eram mortos nas dependências dos quartéis montados na região pelos militares. Considerando-se que as medidas tomadas pelo governo eram para que não houvesse repercussão dos fatos (nacional ou internacionalmente), matá-los dentro da mata era mais seguro. Estas informações também constam no livro *Operação Araguaia*. “Os inimigos deveriam ser sepultados em cemitério *comunicado* aos superiores (...) Outro documento, assinado pelo capitão-de-corveta Hermenegildo Pereira da Silva Filho, ordenou o sepultamento na selva, após identificação”.⁶⁷

Posteriormente, foi aprovada uma lei (8559/91) que permitiu a destruição de documentos sobre a guerrilha do Araguaia pelas forças armadas.

⁶⁶ CABRAL, Pedro Corrêa. **Xambioá: guerrilha no Araguaia**. São Paulo: Record, 1993.

⁶⁷ MORAIS, Taís; SILVA, Eumano, *op. cit.*, p. 309.

Podemos dizer que essa estratégia foi muito eficiente para o propósito que se prestava, pois ainda hoje, trinta anos após o fim da guerrilha, a maioria dos familiares ainda não conseguiu localizar os restos mortais dos guerrilheiros.

Cabral⁶⁸ dá algumas contribuições nesse sentido, relatando como ocorreu a *Operação Limpeza* feita após o término da luta e indicando o local para onde foram levados os corpos. Porém, para “não colocar o dedo na ferida” e não comprometer nenhum dos oficiais de alta patente envolvidos no episódio – muitos ainda vivos e desfrutando de benefícios sociais –, o autor opta por escrever uma novela, mesclando ficção com fatos reais e usando nomes fictícios para identificar militares e guerrilheiros.

Esse é um exemplo da anistia, apregoada como “ampla e irrestrita”, conquistada em 1979 por diversos sujeitos sociais. Na prática, é um pacto selado entre Estado repressor e militantes, presos políticos e exilados que foram anistiados junto de seus algozes. Em suma, uma troca. Dá-se gradativamente a abertura política, com a volta das liberdades democráticas e impõe-se que a violência cometida por meio do Estado seja esquecida, apagada da memória social, para evitar rancores e ressentimentos. Grosso modo, esse é o discurso oficial que perdura desde o fim da ditadura até os dias atuais.

Ao longo desse período, nada foi feito contra os que cometeram todos os tipos de atrocidades e crueldades em nome da ideologia de segurança nacional. Torturadores e assassinos andam nas ruas livremente, como se não tivessem cometido crime algum. Contra esse posicionamento negligente do poder público, lutam as famílias daqueles que pagaram com suas vidas o preço de sua opção política, militando por um ideal de mudança social. A muitos destes, como no caso dos guerrilheiros do Araguaia, não foi permitido um sepultamento digno, nem o reconhecimento legal de sua morte, escondida sob o termo “desaparecido”.

É imperativo que essas questões sejam esclarecidas e que os arquivos da ditadura sejam abertos sem restrições, pois todos nós temos o direito de ter acesso a informações sobre o período. Não se pode mais conceber que, após duas décadas de abertura política para redemocratização do país, continue se mantendo tanto segredo em torno da guerrilha do Araguaia.

Um fato novo merece ser acrescentado a essa discussão: soldados que participaram dos combates à guerrilha do Araguaia, agora se julgam credores do Estado. Afirmam que o que

⁶⁸ CABRAL, Pedro Corrêa. **Xambioá**: guerrilha no Araguaia. São Paulo: Record, 1993.

ocorreu na região foi uma verdadeira guerra e chegam a se comparar com os pracinhas da Força Expedicionária Brasileira, enviados para combate durante a 2ª Guerra Mundial. Por isso, acreditam que devem ser ressarcidos, recebendo do Estado algum tipo de benefício, como indenização ou aposentadoria.

Jornalistas da *Folha de São Paulo* colheram depoimentos de ex-recrutas que pretendem montar uma associação para reivindicar o que afirmam ser um direito. Em reportagem publicada no dia 1º de maio de 2005, o ex-recruta Antônio Adalberto Fonseca, de 56 anos, justifica o pedido, afirmando que “soldado que participou de uma guerra, defendeu o país dele, deve ter direito a uma aposentadoria (...) As famílias dos guerrilheiros estão recebendo indenizações. E nós, que defendemos a nossa pátria não temos esse direito?”⁶⁹

Também são alegados problemas de saúde (físicos e psicológicos) decorrentes da atuação no serviço militar. O assunto é polêmico. Advogados entrevistados pela reportagem da *Folha de São Paulo* consideram que o pedido de reparação não possui fundamentos legais e que seria um absurdo pagar indenização para quem torturou e assassinou no período da ditadura. Interessante é que nenhum dos ex-soldados que combateram no Araguaia e foram entrevistados assumem que recorreram a práticas violentas contra os prisioneiros, mas quase todos afirmam que havia militares que torturavam. Muitos deles presenciaram estes episódios e relataram torturas.

Para outros advogados, o pedido é coerente, visto que tanto guerrilheiros quanto soldados estavam em uma batalha. Os militares eram subordinados às ordens dos oficiais e, se não as cumprissem, com certeza sofreriam fortes represálias. João Luiz Duboc Pinoud, ex-presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, do Ministério da Justiça, defende que “aqueles que eram soldados, estavam prestando serviço militar obrigatório e foram postos em situação de violência são tão vítimas quanto os guerrilheiros e os moradores da região. Os que determinavam aquela violência não vão poder se valer de indenização”.⁷⁰

Os que defendem o direito à indenização não o estendem aos oficiais, responsáveis pelas sessões de tortura e por execuções sumárias. Mas será que somente os oficiais torturavam? Não há como saber ao certo quem foram os representantes do governo que cometeram sevícias contra guerrilheiros e moradores ao longo da luta e aqueles que não cometeram.

⁶⁹ SOUZA, Josias de; MICHAEL, Andréa. “Como os pracinhas, ex-soldados querem receber indenização”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 mai. 2005. Folha Brasil, p. A4.

⁷⁰ “Advogados defendem indenização”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 mai. 2005. Folha Brasil, p. A8.

É interessante observar que em reportagem à *Folha*⁷¹, os ex-recrutados relatam como era a rotina de torturas nas bases militares. Afirmam que a base situada em Bacabá era a mais temida pela população, porque nela eram praticadas as piores atrocidades. Dizem que presenciaram muitos espancamentos e humilhações, viram cabeças serem decepadas e enterraram, nas próprias bases, guerrilheiros fuzilados. Mas eles se eximem de envolvimento nestas práticas e com isso conduzem a um questionamento: se tivessem recebido ordens de seus superiores para torturar os “subversivos” (supõe-se que isso tenha acontecido não raras vezes), não as cumpririam? Naquela situação, na condição de subordinados, não eram obrigados (os soldados) a cumprirem tais ordens?

A resposta do Exército para as revelações dos que atuaram sob seu comando foi passar a responsabilidade para a Comissão Internacional de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas, criada pelo governo federal em fins de 2004, que argumenta que “até o presente momento, não houve nenhuma manifestação submetendo à análise da Comissão de Averiguação sobre supostos documentos relativos à Guerrilha do Araguaia (...) Assim, não há como se manifestar sobre as informações prestadas pelos jornalistas.”⁷²

Podemos perceber que não há nenhum interesse, por parte dos órgãos públicos, em esclarecer o que ocorreu na guerrilha do Araguaia. Desde o seu término, esta tarefa tem ficado a cargo de pesquisadores e familiares, inconformados e incomodados com o silêncio instituído pelo Estado. Porém, com a publicação de documentos assinados por militares⁷³, comprovando a existência da guerrilha e as operações realizadas para combatê-la, a Comissão de Averiguação não terá como se eximir de sua responsabilidade de emitir um parecer sobre a questão.

⁷¹ SOUZA, Josias de; MICHAEL, Andréa. “Ex-militares relatam tortura do Exército contra guerrilha”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 mai. 2005. Folha Brasil, p. A4.

⁷² SOUZA, Josias de; MICHAEL, Andréa. “Como os pracinhas, ex-soldados querem receber indenização”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1 mai. 2005. Folha Brasil, p. A6.

⁷³ Os documentos constam no livro de MORAIS, Taís; SILVA, Eumano, *op. cit.*

Capítulo II

A formação de mulheres guerrilheiras no exercício de sua militância política

2.1 – A inserção das mulheres no espaço público

A luta armada contra a ditadura militar foi uma declaração de parte da população brasileira de que não aceitaria passivamente a imposição de um regime político repressor. Homens e mulheres se envolveram ativamente no combate, tendo por ideologia a transformação das relações sociais e políticas.

Nas décadas de 1960 e 1970, havia uma distinção muito clara entre o público e o privado no que se refere aos papéis desempenhados socialmente por homens e mulheres. Aos primeiros, estava destinada a vida pública, que correspondia principalmente à esfera política. Já para as mulheres estava reservada a esfera privada, representada pelo espaço doméstico, do lar. Segundo Matos, “os limites entre o público e privado foram mais explicitados com a definição das esferas sexuais e da delimitação de espaços para os sexos.”⁷⁴

Os homens desempenhavam a função de provedores, comandando e tomando decisões, enquanto as mulheres eram educadas para se dedicar à família, cuidar da casa, do marido e dos filhos. Quando elas entraram na cena pública, engajando-se politicamente, inseriram-se num campo reservado, até então, à figura masculina.

Mudanças importantes foram estimuladas pelo movimento feminista, que ganhava forma na Europa, na década de 1960, e influenciou o discurso e o comportamento de mulheres brasileiras.⁷⁵ Elas passaram a contestar e a protestar contra as desigualdades, reivindicando direitos iguais de expressão e atuação para ambos os sexos.

Importa ponderar que a intenção deste capítulo não é discutir os propósitos do movimento feminista – por isso, não me alongarei nesta questão –, mas sim compreender

⁷⁴ MATOS, Maria Izilda S. de. **Por uma história da mulher**. São Paulo: Edusc, 2000, p. 20.

⁷⁵ Para mais informações sobre o movimento feminista, ver: COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record /Rosa dos tempos, 1997 e MATOS, Maria Izilda S. de, *op. cit.*

qual foi o significado da atuação política das mulheres, ao lado dos homens, contra a ditadura, a partir da elaboração do perfil das mulheres guerrilheiras e da análise da trajetória de algumas militantes que lutaram na guerrilha do Araguaia.

Acredito que trazer essas mulheres para pesquisa, analisar sua militância política e desvendar como ocorreu e o que representou sua inserção no espaço público, corresponde a colocar em evidência o gênero, aqui entendido como categoria de análise, considerando, como lembra Joan Scott, que:

*(...) gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação, no fato de que as mulheres têm as crianças e os homens têm uma força muscular superior. O gênero torna-se, antes, uma maneira de indicar “construções sociais” - a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.*⁷⁶

Matos oferece importante suporte a esta argumentação, quando afirma que a categoria gênero possui uma característica basicamente relacional e por isso “procura destacar que a construção dos perfis de comportamento feminino e masculino define-se em função do outro, uma vez que se constituíram social, cultural e historicamente em um tempo, espaço e cultura determinados”. A autora assevera que “as relações de gênero são um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos, e são, portanto, uma forma primária de relações significantes de poder”.⁷⁷

Também sob este prisma pode ser estudada a guerrilha do Araguaia, que recebeu apoio feminino, inclusive no campo de batalha. Incluir a ação de mulheres militantes nesta investigação se apresentou como um convite e uma provocação à pesquisadora. Afinal, não foram somente os homens que optaram por pegar em armas para defender uma convicção política e ideológica.

Ir para o conflito armado teve um duplo caráter transgressor para as mulheres, porque, além de lutar contra o regime político, elas estavam rompendo padrões sociais,

⁷⁶ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, 16 (2), jul/dez. 1990, p. 7.

⁷⁷ MATOS, Maria Izilda S. de, *op. cit.*, p. 16 e 17.

combatendo também uma condição de inferioridade e submissão a que foram historicamente relegadas.

*Para a maioria da sociedade, uma mulher portar armas e utilizá-las é considerado anormal ou patológico. (...) O heroísmo, a valentia, a guerra, a militarização, as armas, são elementos que a sociedade classificou como próprios do conjunto de papéis masculinos. O porte e a utilização de armas por parte das mulheres, representa a queda de uma das mais importantes barreiras que separam o mundo feminino do masculino.*⁷⁸

Ao engrossar as trincheiras da esquerda militante e da guerrilheira, as mulheres demarcaram novos espaços de atuação, num movimento que balançou o confinamento da esfera privada. De acordo com Ridenti, “a participação feminina nas esquerdas armadas era uma avanço para a ruptura do estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona-de-casa, que vive em função do mundo masculino”.⁷⁹

Em estudos sobre as mulheres na política brasileira, o autor observa que, na década de 1970, elas formavam 16% dos quadros das organizações de esquerda e correspondiam a 18,3% do total de militantes armados.

Apesar deste envolvimento feminino, questões específicas de construção de papéis destinados às mulheres e sua condição social não eram temas discutidos no interior das organizações de esquerda que, naquele período, estavam voltadas para outros projetos e propósitos. Aqueles que se dispunham a discutir este tema eram considerados “desviantes”. Segundo Ridenti,⁸⁰ as reivindicações de caráter propriamente feminista só ganharam destaque posteriormente, no final dos anos de 1970 e início da década de 1980.

As organizações, de maneira geral, mostravam-se fechadas para esse tipo de discussão. Afirmavam que havia uma questão “maior” para ser resolvida, como se as reivindicações femininas tivessem menor ou nenhuma relevância naquele contexto. Muitos partidos mantinham posturas conservadoras em relação ao comportamento das militantes de esquerda. Lutavam por uma sociedade mais aberta, na qual as pessoas pudessem se

⁷⁸ RODRÍGUEZ, Matilde. “As mulheres guerrilheiras do Brasil e da Argentina (décadas de 60 e 70) - Uma análise comparativa da literatura”. **Estudos de História** - Revista do curso de pós-graduação em História. Franca, v. 8, n.1, 2001, p. 96.

⁷⁹ RIDENTI, Marcelo Siqueira. “As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo”. **Tempo Social**, Rev. Sociol. USP, São Paulo, 2 (2), 1990, p. 114.

⁸⁰ *Idem, Ibidem.*

expressar e agir livremente, mas não tocavam diretamente em questões relativas às reivindicações das mulheres. O fato é que havia um projeto coletivo de transformação social em curso que se sobrepunha a interesses individuais e específicos.

Colling lembra que “as mulheres assumiram a condição de militantes das organizações de esquerda mais pela convicção política do que pelo fato de serem mulheres”, afirmando que “as próprias organizações não faziam distinção, pelo menos no nível do discurso, entre homens e mulheres: eram todos militantes”.⁸¹ Mas alguns trabalhos sobre a militância de mulheres durante a ditadura⁸² relatam que havia, sim, distinção no interior das organizações. Poucas foram as que ocuparam cargos de direção ou exerceram liderança. Isto é compreensível se considerarmos que, no período em questão, a sociedade era extremamente machista e que a luta pelo reconhecimento da mulher enquanto cidadã estava dando os primeiros passos. E as organizações de esquerda estavam inseridas neste contexto, apesar de questionarem o modelo de sociedade instituído.

Referindo-se à questão do reconhecimento da mulher como sujeito político, Lima analisa:

*Sem dúvida, reconhecer a mulher como sujeito político significa analisar as relações de gênero (de classe, de raça e de geração) em relação à sociedade como um todo. Porém, reconhecer a mulher como militante da esquerda armada, significa prioritariamente analisar as relações de gênero em relação aos órgãos repressivos e, principalmente, em relação aos próprios companheiros de Partidos/Organizações.*⁸³

É interessante observar que a repressão construiu uma imagem da militante que acabou se difundindo socialmente. A mulher que ousasse romper os padrões vigentes, participando da esfera pública/política, era vista como uma “puta comunista” e, conforme o relato de várias mulheres presentes nos trabalhos citados, era assim que os agentes da repressão se referiam a elas, principalmente durante os interrogatórios e as sessões de tortura.

⁸¹ COLLING, Ana Maria, *op. cit.*, p. 67.

⁸² Há uma série de trabalhos publicados sobre o assunto, dentre eles: CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998; COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record /Rosa dos Tempos, 1997; FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

⁸³ LIMA, Ruth Ribeiro de. “A participação da mulher na esquerda armada brasileira”. *In*: COGGIOLA, Osvaldo (org.) **História e revolução**. São Paulo: Xamã, 1998, p. 163.

Para a repressão, a mulher militante será definida sempre como “puta comunista”. (...) Além da caracterização da mulher militante como prostituta, a repressão trabalhava na tentativa de desmoralização com duas outras idéias: a de que as mulheres estavam buscando homens e a de mulher-macho.⁸⁴

Este tipo de tratamento visava desmerecer a atuação política das mulheres, reforçando a tese do que o lugar delas não era na esfera pública. Se estava presente neste espaço, não era por uma opção política, mas por interesses sexuais, na busca por um companheiro ou companheira. É como se a mulher não conseguisse pensar ou agir por si, necessitando da tutela de um homem, ou como, se para exercer a sua militância, tivesse que negar a sua feminilidade. Alguns militares chegaram a afirmar que se uma mulher ingressava no movimento político é porque havia sido levada (ou influenciada) pelo pai, irmão, companheiro, e não por uma atitude ou opção individual. Pode até ser que isso tenha acontecido em alguns casos, mas é insensato generalizar.

Grande parte dos militantes que ingressaram na luta armada eram jovens de classe média que já atuavam no movimento estudantil. Havia um grande engajamento dos estudantes, tanto universitários quanto secundaristas, nas discussões sobre a situação política, econômica, social e cultural do país. Portanto, a atuação deles contra a repressão e o cerceamento da liberdade de expressão – características do regime militar – era vista por eles como algo normal frente àquela conjuntura: “A insurgência das mulheres na contestação à ordem, entre 1966 e 1968, deu-se, sobretudo, por meio do movimento estudantil, que forneceu a maioria dos quadros para os grupos de extrema esquerda”.⁸⁵

A consciência do risco que corriam, atuando clandestinamente, existia entre os jovens militantes, mas a dimensão do perigo a que estavam expostos os que optaram pela insubordinação à ordem imposta não era tão explícita.

No que se refere aos militantes do PC do B processados judicialmente pela ditadura, nas décadas de 1960 e 1970, 47 (18,1%) eram mulheres e 212 (81,9%) homens. A tabela 1 apresenta dados compilados por Ridenti⁸⁶ sobre a ocupação destas mulheres naquele período.

⁸⁴ COLLING, Ana Maria, *op. cit.*, p. 84.

⁸⁵ RIDENTI, Marcelo Siqueira, *op. cit.*, p. 116.

⁸⁶ *Idem, Ibidem*, p. 125.

Professoras	Estudantes	Form. Sup.	Trab. Manuais	Trab. Nível Médio	Prendas Domést.	Não consta a ocupação	Total
9 (19,1%)	13 (27,7%)	6 (12,8%)	1 (2,1%)	14 (29,8%)	4 (8,5%)	—	47 (100%)

Tabela 1 – Ocupação das mulheres militantes do PC do B processadas pela ditadura
 Fonte: Ridenti (1990)

Quanto às mulheres que foram para o Araguaia, não há registro de processos judiciais, pois era estratégia dos militares não registrar as prisões. Os militantes não eram julgados e condenados, mas sim assassinados e incluídos na lista de “desaparecidos políticos”. Atualmente, com a publicação de documentos das forças armadas sobre a guerrilha do Araguaia, não há mais como negar que muitos foram mortos – alguns sob tortura – por agentes da repressão, inclusive com o aval dos presidentes militares.⁸⁷

⁸⁷ Consultar: GASPARI, Élio. “A floresta dos homens sem alma”. In: **A ditadura escancarada**: as ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 402-404. O autor cita um trecho da conversa de Ernesto Geisel com o chefe de segurança, Germano Arnoldi Pedrozo, que confirma o assassinato de guerrilheiros durante combates e também após serem presos ao longo da guerrilha.

2.2 – A participação das mulheres na guerrilha do Araguaia

Como as forças armadas não queriam que a sociedade tivesse conhecimento sobre a guerrilha, não julgavam nem condenavam militantes pelo seu envolvimento. A ordem era não deixar sobreviventes entre os guerrilheiros. Um diálogo entre uma militante presa, Regilena da Silva Carvalho (Lena), e o general Antônio Bandeira, denuncia este procedimento:

- Ô, general, eu estou presa aqui, mas eu tenho uma família e preciso de um advogado não é justo o preso ter um advogado?

Ele respondia:

- Mas nós não vamos processar ninguém. Esse movimento não existe. Isso é um limbo na sua vida. Se a gente processar, ele passa a existir e confirma a existência da guerrilha.⁸⁸

Mineira de Pedralva, Regilena nasceu em 09 de janeiro de 1947. Tinha 24 anos quando foi morar na região sul do Pará, onde ficou um ano e três meses se preparando para guerrilha. Porém, em meados de 1972, durante a primeira campanha, decidiu abandonar a luta, fato que lhe rendeu severas críticas e acusações por parte do partido. Antes de ir para a região escolhida para a preparação da guerrilha, os militantes eram informados de que aquele era um caminho sem volta, ou seja, teriam que permanecer na luta até o final, ainda que sob condições adversas.

Lena morava na localidade de Pau Preto com o marido Jaime Lúcio Petit – morto no Araguaia –, que já era militante do PC do B e a recrutou para organização em 1969. Dois anos depois, foram morar na região escolhida pelo partido para o desenvolvimento da guerrilha rural, integrando-se ao destacamento C. Sua decisão de aceitar a proposta foi fortemente influenciada pelo companheiro.

Eu acreditei na proposta pelo entusiasmo dele, que era muito grande. Não tinha argumentos contrários do ponto de vista político ou teórico. (...) Acreditei no caminho da luta armada. Isso era muito claro. (...) É evidente que o fato de ele ser meu marido pesou muito, foi fundamental. Um outro homem talvez não tivesse a

⁸⁸ CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p. 475.

*influência que ele teve. Então eu fui. Com um enorme entusiasmo. (...) O entusiasmo prevalecia sobre as dúvidas.*⁸⁹

O fato de ter se casado há pouco tempo (em 1968) e não querer se separar do marido pode ter pesado mais do que a convicção política de Regilena. Como a opção pela luta armada partia de um elemento externo e não de uma escolha individual, no momento em que os embates se iniciaram e alguns companheiros começaram a morrer, Lena decidiu que abandonaria a luta. “A partir da morte da Maria Lúcia eu perdi um pouco o rumo. Cazuzza e Mundico estavam com ela. Eu ouvi tiros a dois ou três quilômetros, de manhã cedo”.⁹⁰

De acordo com Campos Filho, morreram 64 militantes⁹¹. Maria Lúcia Petit da Silva (Maria), cunhada de Regilena, foi a primeira mulher morta do destacamento C, fato que levou Lena a se entregar alguns dias depois. “A última vez em que Lena esteve com os guerrilheiros do destacamento C foi no dia 19 de julho de 1972, na grota do Zé Pereira. Estavam presentes Paulo, Jaime, Mundico, Áurea e Josias”.⁹²

Ela não quis se entregar diretamente às forças armadas, pois teve receios do tratamento que poderia receber. Assim, foi à casa de um morador conhecido (Manoel), que procurou o Exército, informando sobre sua rendição.⁹³ Quando o helicóptero chegou para levá-la à prisão, hesitou e tentou fugir, mas acabou voltando e se rendeu.

Antes, ao chegar no local, dona Valdo, esposa de Manoel, fez um pedido: “Se entregue, dona Lena. A Maria já morreu. Isso não é vida para vocês. Eles são muito fortes. Estão dizendo aí, nos alto-falantes, que não vão judiar de quem se entregar. A senhora se entrega e eu garanto que não vão lhe tocar um dedo”.⁹⁴

A promessa dos militares era uma armadilha. Influenciados pelo discurso de que se colaborassem sairiam do conflito com vida, guerrilheiros que se entregaram foram torturados e executados.

⁸⁹ CARVALHO, Luiz Maklouf, *op. cit.*, p. 444.

⁹⁰ *Idem, Ibidem*, p. 453. Cazuzza era Miguel Pereira dos Santos e Mundico, Rosalindo de Sousa.

⁹¹ Ver Anexo B.

⁹² MORAIS, Taís; SILVA, Eumano, *op. cit.*, p. 254. Os nomes dos guerrilheiros citados eram respectivamente: Paulo Mendes Rodrigues, Jaime Petit da Silva, Rosalindo de Sousa, Áurea Elisa Pereira Valadão e Tobias Pereira Júnior.

⁹³ Os militares ofereciam recompensas em dinheiro para os moradores que conseguissem convencer os guerrilheiros a se entregarem ou que auxiliassem as forças da repressão a armar uma cilada para capturá-los.

⁹⁴ CARVALHO, Luiz Maklouf, *op. cit.*, p. 467.

Lena foi levada a Brasília, onde teve um tratamento singular. Afirma que só apanhou no primeiro dia de interrogatório e acredita que não passou por outros tipos de tortura porque não era “uma figura importante no Partido”.⁹⁵

Durante o período que esteve na prisão, até dezembro de 1972, acompanhou a queda de seus companheiros do Araguaia. As informações eram dadas pelo general Antônio Bandeira, com quem conversava constantemente. Ele chegou inclusive a lhe pedir que escrevesse uma carta aos guerrilheiros, estimulando-os a se entregarem. Ela escreveu, assim como também o fizeram José Genoíno e Luzia Reis.

A participação na guerrilha e os fatos decorrentes dessa experiência marcaram profundamente a vida de Regilena. “Eu fiquei muito ruim da cabeça. Você perde a referência. Quando eu saí de lá eu não sabia o que eu ia fazer. Não dá pra saber. Eu fiquei anos assim. Até que eu fiz um tratamento psicanalítico”.⁹⁶

Mesmo optando por abandonar a luta, por não mais acreditar que a guerrilha ia alcançar seus propósitos, a ex-militante não deixou de nutrir respeito e admiração pelos combatentes que permaneceram no Araguaia.

*Ao mesmo tempo que eu não quis aquilo lá, eu acho que eles eram bastante determinados. Tenho um respeito, um carinho por eles, como se estivesse sendo hoje. A coisa mais viva da minha vida é a lembrança deles, e a lembrança deles é agora. Eu lembro gestos, olhares, como se não tivessem morrido. Foi uma coisa que me marcou muito.*⁹⁷

Luzia Reis Ribeiro (Lúcia ou Baianinha) também foi para o Araguaia. Chegou lá em janeiro de 1972, quando tinha 23 anos. Viajou com Maria Célia Corrêa e Tobias Barreto, ambos acompanhados por Paulo Rodrigues. Natural de Jequié (BA), formou, em meados da década de 1960, um grupo de estudos para discutir diversos assuntos, entre eles marxismo e política. Dinaelza Santana Coqueiro e Vandick Reidnei Pereira Coqueiro – casal de guerrilheiros mortos no Araguaia – faziam parte do grupo. Os três ingressaram no ensino superior em 1969; Dinaelza no curso de Geografia, Vandick no de Economia e Luzia em Ciências Sociais, espaço onde exerceu uma militância política que havia iniciado um ano antes.

⁹⁵ *Idem, Ibidem*, p. 473.

⁹⁶ *Idem, Ibidem*, p. 475.

⁹⁷ *Idem, Ibidem*, p. 477.

Minha história começou no movimento estudantil, em 1968. (...) fui estudar em Salvador e participei do movimento em 1968 contra a ditadura militar e contra as reformas universitárias. Eu era atuante do grêmio da minha escola. Posteriormente, fiz Ciências Sociais, que não cheguei a concluir porque fui perseguida por ser do diretório e entrei para o PC do B.⁹⁸

O fato de ter que viver na clandestinidade, não podendo estudar, trabalhar, nem morar com a família, foi um dos motivos que levaram Luzia a ir para o campo e desenvolver um trabalho político junto àquela população. Antes da viagem, tinha conhecimento de que o projeto do PC do B era desencadear uma guerra popular; só não sabia que seria de imediato, como ocorreu, porque a preparação para guerrilha tinha sido descoberta pelos órgãos da repressão.

Sobre a vida na região e as atividades desenvolvidas, ela conta:

Lá a vida era muito amiga. A gente fazia roça, caçava, ninguém passava fome no período antes da guerra. Eu estava aprendendo a me adaptar. Dormíamos em rede, cantávamos músicas de Noel Rosa de noite. (...) Iam os compadres e as comadres todas para lá. A gente ficava no escuro que não tinha luz elétrica, só a luz da lua.⁹⁹

Luzia fez muitas amizades no Araguaia. Ficou mais próxima de Bergson Gurjão, que ensinava a fazer depósitos na mata, de Áurea Elisa e Dinalva Teixeira, com quem trocava confidências e por quem possuía grande admiração.

Os autores Moraes e Silva comentam que Lúcia – codinome utilizado por Luzia no Araguaia – teve alguns problemas para se acostumar ao ritmo de vida dos militantes.

Lúcia teve muita dificuldade de adaptação. Pequena e sem experiência em atividades físicas, criava artimanhas para cumprir as tarefas. Ficou responsável pelo suprimento de lenha do acampamento. Cortar madeira servia de exercício para carregar fuzil e transportar companheiro ferido. Sem disposição para trabalhar com o machado, a baianinha catava a lenha solta no mato. Paulo [comandante do destacamento C] empenhava-se em mostrar para Lúcia a importância dos treinamentos. (...) Mesmo depois de algum tempo, ainda sofria repreensões pelos descuidos.¹⁰⁰

⁹⁸ Entrevista com Luzia Reis, retirada do site <<http://www.vermelho.org.br>> em 02 de junho de 2005.

⁹⁹ *Idem.*

¹⁰⁰ MORAIS, Taís; SILVA, Eumano, *op. cit.*, p. 205 e 206.

O tempo de permanência desta militante na região foi curto. Ficou apenas cinco meses, até se perder de seus companheiros ao fugir de uma emboscada montada para pegá-los. Foi procurar ajuda de um morador (Raimundo), pedindo que entrasse em contato com Pedro Onça, indivíduo da confiança dos guerrilheiros, para que ele a levasse ao encontro dos paulistas. Raimundo não avisou Pedro Onça como havia combinado com Lúcia, e sim ao Exército. Mais uma guerrilheira era presa por delação de moradores.

A prisão foi efetuada em junho de 1972 por um grupo de jovens soldados que, segundo ela, pareciam recrutas. A violência começou quando foi entregue aos oficiais na base de Xambioá, onde foi barbaramente torturada.

*(...) tomei choque elétrico, tiraram minha roupa, me botaram num círculo de mais de 30 homens, me jogavam de um para o outro. Eu desmaiei, perdi os sentidos. Recordava os sentidos dentro da água, eles me afogando. Depois me botaram num buraco a noite toda com frio, nua dentro de um buraco que era a prisão.*¹⁰¹

Posteriormente, foi levada para o Pelotão de Investigação Criminal (PIC) da 3ª Brigada, em Brasília, onde também foi torturada pela equipe de Antônio Bandeira. Após alguns meses, foi solta por não haver processos anteriores contra ela. Nas declarações prestadas à Polícia Federal da Bahia¹⁰², Luzia dá informações sobre sua militância e sobre a preparação para guerrilha. No mesmo documento, dá graças a Deus por ter sido presa e acredita ter contribuído para esclarecer os fatos sobre o trabalho que estava sendo desenvolvido no Araguaia. Neste caso, há que se considerar que as informações não foram dadas espontaneamente, mas sim sob circunstâncias adversas.¹⁰³

Após ser solta, a ex-guerrilheira foi morar com os pais em Jequié. Passou por tratamentos médico e psicológico para se recuperar dos traumas da tortura: “Foram 30 anos trabalhando minha mente, minhas emoções. Levei anos para me recuperar”.¹⁰⁴

No que se refere à reintegração na vida social, afirma que se sente, em alguns momentos, marginalizada por sua atuação política. Casou e se separou duas vezes, teve um

¹⁰¹ Entrevista com Luzia Reis, retirada do *site* <<http://www.vermelho.org.br>> em 02 de junho de 2005.

¹⁰² Este e outros documentos sobre a guerrilha do Araguaia, produzidos por militares, estão disponíveis no *site* <<http://www.geracaoobooks.com.br>>. Pesquisa realizada em 17 de julho de 2005.

¹⁰³ Regilena, em depoimento, afirmou que “Mais tarde eu soube que quando pegaram a Luzia bateram muito nela. E ela ficou tão alucinada que não falava coisa com coisa”. CARVALHO, Luiz Maklouf., *op. cit.*, p. 469.

¹⁰⁴ Entrevista com Luzia Reis, retirada do *site* <<http://www.vermelho.org.br>> em 02 de junho de 2005.

filho, voltou a trabalhar no Banco do Estado da Bahia e se formou em Ciências Econômicas. Fazendo um balanço sobre a experiência da guerrilha, diz:

*Éramos idealistas e românticos, daí enfrentarmos metralhadoras com espingarda 20, na sua maioria. Era o sonho de uma sociedade mais justa. Nossa juventude tentou abrir a sociedade, porque não havia liberdade de expressão, tudo era censurado. (...) Ver a Guerrilha do Araguaia isolada pode parecer um monte de idealistas e loucos. Não é por aí. Porque a partir dali abriram caminho, ou não abriram?*¹⁰⁵

Luzia, que atualmente não é filiada a nenhum partido político e se diz pacifista, acredita que se o país passou por um processo de redemocratização e hoje temos no governo um presidente com uma trajetória de atuação nos movimentos sociais, parte dessas conquistas deve ser creditada aos que lutaram contra a ditadura, almejando uma sociedade mais justa e aberta, na qual as pessoas pudessem ter espaços para intervir e atuar.

As primeiras mulheres que chegaram ao Araguaia para se integrar aos destacamentos guerrilheiros, despertaram discussões e preocupações entre os companheiros que já estavam no local. Havia dúvidas sobre a capacidade destas militantes se adaptarem ao ritmo de vida e de trabalho local. Criméia Alice Schmidt de Almeida (Alice), que foi uma das primeiras militantes enviadas pelo PC do B ao sul do Pará, enfrentou essa situação de desconfiança.

Durante a viagem, acompanhada por João Amazonas (tio Cid), foi advertida sobre sua atuação. A incorporação de outras mulheres na preparação e no desenvolvimento da guerrilha dependeria do seu desempenho. Ela reagiu à pressão, questionando: “Por que você cobra isso das mulheres? (...) Se o primeiro homem a chegar aqui não desse certo não haveria guerrilha?”¹⁰⁶ Ao aceitar o desafio, ela abriu caminho para que outras militantes atuassem na luta.

Natural de Santos (SP), Criméia Alice tinha 23 anos quando foi para o Araguaia, em 1969, integrando-se ao Destacamento A. Antes, havia atuado no movimento estudantil e chegou a ser presa no Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna.

¹⁰⁵ *Idem.*

¹⁰⁷ MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia**: os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 74.

Cursou Enfermagem na Universidade Federal do Rio de Janeiro e, quando optou por viver no campo, já estava sendo procurada por agentes da repressão.

Na região, Alice conheceu André Grabois (Zé Carlos) e passou a viver com ele, sem saber do parentesco entre o namorado e o comandante militar da guerrilha, Maurício Grabois.¹⁰⁷

Em meio aos combates da 1ª campanha, Alice engravidou, fato que se tornou um dilema. Se ficasse, chegaria a um ponto que não conseguiria atuar na guerrilha, podendo colocá-la em risco. Se tentasse sair da região para ter o filho, poderia ser descoberta, presa e torturada. Diante das incertezas, escolheu a segunda opção.

*A guerrilheira se despediu de Zé Carlos e dos companheiros no dia 25 de agosto [de 1972]. Saiu da mata acompanhada por Zezinho, o Michéas, militante treinado em Pequim que se tornara exímio mateiro e, muitas vezes, recebeu a tarefa de retirar comunistas da região dos combates.*¹⁰⁸

Os guerrilheiros conseguiram sair da região e ela voltou para São Paulo, onde passou a viver clandestinamente. Foi morar com sua irmã, o cunhado – também integrante do PC do B – e dois sobrinhos. Após um encontro com Carlos Danielli, um dos dirigentes do partido que fora preso com o cunhado e a irmã de Alice, os agentes do Destacamento de Operações Internas (DOI) conseguiram prendê-la.

Na prisão, viu fotos de guerrilheiros mortos e de Danielli torturado. Seu depoimento ficou registrado no Centro de Operações e Defesa Interna, com data de 31 de janeiro de 1973.¹⁰⁹ No interrogatório, relatou sua trajetória no movimento estudantil e sua participação na guerrilha, porém, as informações dadas sobre o Araguaia, apesar de procederem, eram bastante imprecisas.

Após sair da prisão, Criméia continuou militando, o que fez com que fosse novamente presa na década de 1970. Depois casou e se separou três vezes, tendo dois filhos. Formou-se médica sanitária, exercendo este trabalho na Baixada Fluminense.¹¹⁰ Guarda na memória as experiências de militância, prisões e torturas.

¹⁰⁷ *Idem, Ibidem*, p. 75.

¹⁰⁸ *Idem, Ibidem*, p. 249.

¹⁰⁹ O documento com depoimento de Criméia está disponível no *site* <<http://www.geracaobooks.com.br>>.

¹¹⁰ Estas informações foram retiradas do depoimento de Criméia, presente no documentário **Que bom te ver viva**, de Lúcia Murat, 1989. O documentário mescla ficção e realidade, trazendo o depoimento de oito ex-

Difícil é a tortura, difícil depois é o fato de você falar (...) o que não quer falar, ou seja, você abrir, você entregar sua vida. Porque quando você acredita (...) na possibilidade da gente transformar esse mundo num mundo melhor e você está lutando pra isso e alguém te desestrutura, e você entrega aquilo que te é mais caro, que são os elementos, os instrumentos pra você transformar a sua sociedade - que era na época a organização que eu participava -, isso te tira um pedaço da alma.¹¹¹

Ser torturada e chegar a uma situação-limite, em que a pessoa não mais suporta e dá as informações que o torturador deseja obter, deixa marcas profundas. Criméia fez terapia, assim como as outras duas ex-militantes citadas anteriormente, para conseguir lidar melhor com os sentimentos gerados por esta experiência.

Os militantes políticos que foram torturados enfrentaram outros conflitos, além daqueles vividos nos campos de combate. Num primeiro momento, foram obrigados a falar por meio da violência e depois, com o fim do regime militar, foram, de certa forma, coagidos a esquecer o que havia acontecido, a manter silêncio para não se confrontar com um discurso que os apontaria como rancorosos e ressentidos se ousassem trazer o tema a debate. É como se esse passado recente tivesse que ser ocultado por ser incompatível com a proposta de um progresso, de um futuro que, para ocorrer, não deve se prender às mazelas do passado.

Cabe repetir que, dos 64 militantes mortos na guerrilha do Araguaia, 12 eram mulheres, o que corresponde a 18,75% da força de combate à ditadura naquele episódio. Algumas morreram nos confrontos, outras executadas após serem presas.

Glênio Sá, um dos militantes que sobreviveram à guerrilha, enfatiza a solidariedade, a força e a coragem das “camaradas” naquele contexto.

Abro um parêntese aqui para destacar a atuação das nossas camaradas, tanto na preparação como na fase de luta. Elas tinham cumprido bem a dupla tarefa de superar a formação machista que haviam recebido anteriormente e vencer os preconceitos existentes na sociedade. Não havia diferença de sexo entre a gente quando se tratava de uma tarefa. Participaram do trabalho na roça, no castanhal, na caça, na pesca e nos treinamentos militares. Fosse no carregamento de peso, numa corrida a dois, no salto, no tiro ao alvo, diversas vezes elas nos superaram.

presas políticas de diversas organizações de esquerda, que lutaram contra a ditadura militar, passando pela experiência da prisão e da tortura. Também mostra como foi o processo de reintegração destas mulheres na sociedade após saírem do encarceramento.

¹¹¹ MURAT, Lúcia. **Que bom te ver viva** (documentário). Taiga Produções Visuais Ltda, 100 min., 1989.

*Na fase da luta apresentaram um desempenho extraordinário, destacando-se entre os nossos melhores combatentes. A solidariedade delas e sua capacidade de vencer as dificuldades ultrapassaram as nossas.*¹¹²

Quando, em 1971, foi anunciada a chegada da primeira militante no destacamento B, ao qual Glênio pertencia, o comandante Osvaldão teve dúvidas quanto à adaptação dela àquele ritmo de vida. Mas Suely Yumiko Kanayama provou o contrário.

Suely (codinome Chica) era descendente de japoneses. Paulista de Coronel Macedo, nasceu em 25 de maio de 1948. Tinha 23 anos quando foi para o Araguaia, no início de 1971, estabelecendo-se na região da Gameleira.

Antes, em 1967, havia ingressado no curso de Letras da Universidade de São Paulo, atuando no movimento estudantil. Na medida em que algumas lideranças passavam para a clandestinidade, outras surgiam. Assim, Suely iniciou sua militância.

Glênio, que conviveu com ela no destacamento, conta que Chica realizava com destreza as atividades a ela destinadas, principalmente o trabalho na roça. “A Sueli nos ajudou muito na limpeza dos pés de milho e eles cresciam fortes e com espigas cheias, dando um novo visual à nossa roça”.¹¹³

Suely era filha única, professora e deixou a vida na cidade para ir exercer sua militância no Araguaia. Foi assistente da Comissão Médica da guerrilha, junto da enfermeira Luiza Augusta Garlipe (Tuca).¹¹⁴ Nunca tinha saído de casa e também não tinha experiência com a vida no campo. Mesmo assim, sua adaptação foi boa, como relata Genoíno: “Ao chegar lá ficamos preocupados com a sua fase de adaptação, mas foi uma surpresa para todo mundo: ela se integrou com as mulheres da região e facilitou em muito o nosso trabalho”.¹¹⁵

Ela foi morta em 1974, durante a última fase da luta, num confronto com as tropas do Exército na mata. Estava muito ferida quando um soldado se aproximou, não se sabe se para socorrê-la e levá-la para prisão ou se para executá-la. Reagiu, sacando a arma e atirando nele. Os outros militares ficaram revoltados e descarregaram as armas na

¹¹² SÁ, Glênio. **Araguaia**: relato de um guerrilheiro. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004, p. 18.

¹¹³ *Idem, Ibidem*, p. 08.

¹¹⁴ Tuca havia se formado em Enfermagem na USP em 1964. Antes de ir para a guerrilha, trabalhava como Enfermeira-chefe do Departamento de Doenças Tropicais, do Hospital de Clínicas. Tinha 33 anos quando foi para o Araguaia.

¹¹⁵ SAUTCHUK, Jaime et al. “O guerrilheiro”. In: **A guerrilha do Araguaia**. Coleção História Imediata. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978, p. 34.

guerrilheira, que ficou com o corpo deformado por ter levado mais de 100 tiros. Portela comenta que os próprios militares ficaram chocados quando receberam o corpo na base de Xambioá. Ao ser questionado sobre guerrilheiras que se destacaram nos combates, um oficial que participou da guerrilha conta:

*(...) Tinha uma japonesa também que era bastante audaciosa. Teve uma morte muito violenta, ela recebeu mais de 100 tiros. Houve um encontro com o pessoal do Exército, houve muita troca de tiro e ela... Eu vi quando o corpo dela chegou... estava uma peneira, mas era uma peneira mesmo, coitada.*¹¹⁶

Sobre as circunstâncias da morte de Suely, o Relatório do Ministério da Aeronáutica informa que a mulher, “cercada pelas forças de segurança, foi morta ao recusar sua rendição”.¹¹⁷

Pedro Corrêa Cabral¹¹⁸ também dá informações sobre a guerrilheira, ao comentar como foi realizada a Operação Limpeza em 1975.

*Suely havia sido morta no final de 1974. Seu corpo estava enterrado num local chamado Bacabá, onde, sob a coordenação do Centro de Informações do Exército - CIEEX, foram construídas celas e se interrogavam os prisioneiros. Durante a operação limpeza, sua cova foi aberta e o corpo de Suely desenterrado. Intacto, sem roupa, a pele muito branca não apresentava nenhum sinal de decomposição, apenas marcas de bala.*¹¹⁹

Outra militante que se tornou guerrilheira foi Maria Célia Corrêa (Rosa). Nascida no Rio de Janeiro, em 30 de abril de 1945. Trabalhava como bancária nesta cidade, onde também estudava Ciências Sociais na Faculdade Nacional de Filosofia (hoje, Universidade

¹¹⁶ PORTELA, Fernando. “Fala o soldado do governo”. In: **Guerra de guerrilhas no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 1979, p. 126.

¹¹⁷ Estas informações foram retiradas do site <<http://www.desaparecidospoliticos.org.br/araguaia>> em 11 de agosto de 2005.

¹¹⁸ Durante a pesquisa, consegui contatar um ex-combatente da guerrilha do Araguaia que reside em Uberlândia (MG). Na época, ele estava prestando serviço militar e foi enviado para a região junto de outros soldados. Ele não quis gravar entrevistas, nem autorizou que seu nome fosse divulgado neste trabalho. Mas concordou em conversarmos informalmente e confirmou a violência que fora usada contra a população e os guerrilheiros ao longo do conflito. Mesmo tendo reservas ao falar sobre o assunto, pude perceber o quanto este episódio marcou sua vida. Ele possui um “arquivo pessoal” com revistas, jornais, fotos e alguns objetos relativos à guerrilha. Inclusive, mostrou-me algumas fotografias de um local onde os guerrilheiros eram presos, e também de alguns que foram mortos e tiveram suas cabeças decepadas.

¹¹⁹ Estas informações foram retiradas do site <<http://www.desaparecidospoliticos.org.br/araguaia>> em 11 de agosto de 2005.

Federal do Rio de Janeiro)¹²⁰. Foi para o Araguaia em 1971, quando tinha 26 anos. Lá encontrou com o irmão, Elmo Corrêa (Lourival), e com a cunhada, Telma Regina Cordeiro Corrêa (Lia), ambos mortos na guerrilha. O casal fazia parte do Destacamento B, o mesmo de Suely, e Rosa se integrou ao Destacamento A junto com seu companheiro, João Carlos Campos Wineski (Paulo Paquetá).

Posteriormente, em 1973, Paulo desertou da guerrilha, retornou aos estudos e se formou em Medicina. Rosa ficou no Araguaia até a última fase da luta, quando foi presa e assassinada em 1974.¹²¹ A prisão de Rosa faz parte de mais uma história de delação de moradores, neste caso, de Manoelzinho, na época conhecido como Manoelzinho das Duas por conviver com duas mulheres simultaneamente.

No início de janeiro, Rosa e o grupo com o qual estava – Pedro Carretel (Carretel), Nelson Lima Piauhy Dourado (Nelito), Luiz René Silveira e Silva (Duda) e Jana Moroni Barroso (Cristina) – foram surpreendidos com tiros pelos militares, após apanharem alguns legumes numa roça, perto do local em que se encontravam. O barulho feito pelo grupo ao se deslocar com o alimento despertou a atenção dos militares.

No confronto, Nelito, que comandava o grupo, foi morto. Carretel foi preso. Duda e Cristina conseguiram escapar e Rosa se perdeu dos companheiros. Ao pedir ajuda para Manoelzinho, foi advertida a se entregar, ao que respondeu: “Prefiro morrer do que me entregar”.¹²² Mas foi rendida por Manoelzinho, com a ajuda de um outro homem¹²³, e entregue aos militares. Uma moradora da região, dona Maria da Metade, presenciou a cena e relatou:

Vinha dois homens com a Rosinha amarrada.(...) E ela toda trapiazinha, a roupa toda rasgada. (...) Ela tava comendo até peixe cru que lá na quitanda tinha, e deram bolacha pra ela e aí ela queria fazer xixi e foi pra detrás da casa. Nós fomos com ela porque os guias não queriam confiar... E nós fomos com ela e ela pedindo a nós que rezasse pra ela não ser morta, pra não matarem ela. (...) Ela não tava

¹²⁰ Estas informações foram retiradas do site <<http://www.desaparecidospoliticos.org.br/araguaia>> em 11 de agosto de 2005.

¹²¹ MORAIS, Taís; SIVA, Eumano, *op. cit.*, p. 598.

¹²² MORAIS, Taís; SIVA, Eumano, *op. cit.*, p. 471.

¹²³ De acordo com as informações contidas em GASPARI, Élio. “A floresta dos homens sem alma”. In: **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 (p. 460), o homem que ajudou na entrega de Rosa era um fazendeiro da região, que, por este feito, “foi condecorado e veio a ser delegado de polícia na sua pequena cidade”.

*desesperada não, tava calma, rindo e tudo mais. Só tava assim, mal trapilha demais.*¹²⁴

Outras pessoas que moravam na região também viram Rosa viva, muito debilitada, suja e magra, num carro próximo à cadeia de São Domingos. Em seguida, ela foi levada para a base de Bacaba, a mais temida, onde ficou algum tempo, até ser executada. De nada adiantara o seu pedido de reza aos moradores.

*Manuel Leal Lima, o Vanu, mateiro de 35 anos, contou que estava à margem de um igarapé quando um helicóptero aterrissou trazendo três presos. Tinham os olhos vendados. Um oficial mandou que andassem cinco passos. Metralharam-nos. Foi horroroso. As cabeças dos guerrilheiros ficaram totalmente destruídas. Um deles era Rosa.*¹²⁵

Maria Célia foi morta de uma forma covarde, mas foi a coragem, sua convicção política e a crença de que era preciso lutar, mesmo correndo o risco de morrer pela causa que defendia, que marcaram a trajetória da Rosa guerrilheira. Uma moradora do Araguaia, preocupada com sua segurança, disse a ela certa vez:

*Rosinha, se eu pudesse, te enterrava no chão da minha casa, deixava só sua boquinha para fora para te dar comida, só para esse povo (militares) não te matar. E ela respondia: Não fique triste, estamos aqui para isso mesmo, é para lutar e morrer também.*¹²⁶

Na medida em que o tempo ia passando, o número de guerrilheiros mortos aumentava consideravelmente. Era a última campanha (de outubro de 1973 até fins de 1974) e o fim da guerrilha se aproximava, para o desgosto do PC do B, que havia apostado na possibilidade de vitória da guerrilha, e satisfação das forças armadas por acabar com o “foco subversivo” na região sul do Pará. A ordem de eliminar os prisioneiros após os interrogatórios foi sumariamente cumprida com uma série de covardes fuzilamentos.

¹²⁴ GASPARI, Élio. *op. cit.*, p. 401.

¹²⁵ *Idem, Ibidem*, p. 402.

¹²⁶ ALVES, Myrian Luiz. “A guerrilha do Araguaia e as mulheres do Brasil”. In: SÁ, Glênio. **Araguaia**: relato de um guerrilheiro. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004, p. 47.

Walquíria foi a última guerrilheira do Araguaia a ser morta pelas forças da repressão. Segundo relatório da Marinha, teria morrido em 25 de outubro de 1974.¹²⁷ Natural de Uberaba (MG), Walquíria Afonso Costa nasceu em 02 de agosto de 1947. Foi para o Araguaia no início de 1971, fugindo das perseguições políticas que a impediam de exercer sua militância nas cidades. Tinha 24 anos quando chegou na região da guerrilha, acompanhada por seu marido, Idalísio Soares Aranha Filho (Aparício). Ambos pertenciam ao Destacamento B.

Antes de ir para o sul do Pará, Walquíria (Walk, como era conhecida na região), fez o Curso Normal, formando-se professora em 1965. Deu aulas em Pirapora e posteriormente em Belo Horizonte, quando ingressou no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Minas Gerais. Engajou-se nas lutas do movimento estudantil, sendo vice-presidente do Diretório Acadêmico, o que fez com que fosse procurada pelos agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) para prestar esclarecimentos sobre sua atuação na entidade estudantil.

*Nessa época, Walquíria gostava muito de cantar e tocar violão. Participou junto com outros colegas da fundação do Diretório Acadêmico da Faculdade de Educação, em 1968. Lutavam pela defesa de interesses estudantis e buscavam o caminho para solução de questões mais concretas como: cortes de verbas, acordo MEC-USAID, fechamento de restaurantes universitários, Decreto-Lei 477, etc.*¹²⁸

Quando foi procurada pelos agentes da repressão, já havia ido para o Araguaia. Ainda assim, foi julgada à revelia pela Auditoria da 4ª Região Militar, em Juiz de Fora, sendo absolvida por falta de provas.¹²⁹

De acordo com as informações prestadas pelo ex-recruta Adailton Vieira Bezerra¹³⁰, em entrevista à *Folha de S. Paulo*¹³¹, Walquíria foi capturada por camponeses que receberam como recompensa uma quantia de cinco mil cruzeiros por tê-la entregado.

¹²⁷ MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *op. cit.*

¹²⁸ Depoimento da irmã de Walquíria, retirado do *site* <<http://www.desaparecidospoliticos.org.br/araguaia>> em 11 de agosto de 2005.

¹²⁹ *Idem.*

¹³⁰ Atuou na guerrilha como enfermeiro do Exército de janeiro a novembro de 1974. Na época, era recruta do 52ª Batalhão de Infantaria de Selva (BIS) em Marabá.

¹³¹ “Enfermeiro reanimava presos sob tortura”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1º mai. 2005. Folha Brasil. p. A8.

Quando chegou à Base de Xambioá, estava bastante debilitada. Foi examinada e medicada com um coquetel de remédios para desintoxicação e fortalecimento. Foi Adailton (codinome Paulo) quem lhe aplicou a injeção. Depois foi interrogada pelo general Hugo Abreu, mas se recusou a responder qualquer pergunta: “Ela ignorava completamente as perguntas”.¹³²

Walquíria ficou apenas um dia na prisão. As únicas palavras ditas por ela neste período, segundo o então recruta, foram: “Me soltem e me entreguem essa arma que acabo com meio mundo”.¹³³ A guerrilheira não chegou a ser torturada, como a maioria dos outros presos. Na prisão, tomou banho e recebeu roupas limpas. Pela sua fala, podemos perceber que, até os últimos momentos de sua vida, manteve a convicção política de que era preciso lutar, de armas na mão, para conseguir mudanças concretas na sociedade.

No dia seguinte à prisão de Walquíria, os soldados que se encontravam na base foram todos liberados. A execução da última guerrilheira já estava programada, como relata Adailton:

*(...) por volta das 15 h, liberaram todo mundo para a cidade, inclusive eu. Só ficaram oficiais, chamados de doutor. Chegaram também os comandantes de outras bases, como Bacabá e Casa Azul. Fiquei sabendo que eles formaram uma meia-lua, colocaram ela no centro, e um carrasco, de costas para a meia-lua, atirou nela. (...) Ela recebeu mais dois tiros. No segundo, caiu de joelho. No terceiro, caiu de cara no chão.*¹³⁴

Na mesma reportagem, consta a informação de que quando os soldados foram liberados, a cova de Walquíria já estava aberta. A guerrilheira foi enterrada na base de Xambioá, ao lado do lugar onde havia sido enterrado Osvaldo Orlando Costa (Osvaldão), militante que se tornou um ícone da guerrilha por sua marcante atuação.

Ao narrar um pouco da participação de algumas mulheres guerrilheiras do Araguaia, destacando partes de suas trajetórias, podemos perceber aspectos do cotidiano dessa luta e observar como foram estabelecidas relações entre militantes, moradores da região e militares. O fato de serem mulheres não as impediu de se engajar num projeto coletivo de luta, acreditando que era viável e necessário naquele momento. A atuação delas no

¹³² *Idem.*

¹³³ *Idem.*

¹³⁴ *Idem.*

movimento armado contra a ditadura representou também a inserção da mulher brasileira num espaço até então dominado pelos homens.

Algumas desistiram da luta, deixaram de acreditar em seus propósitos e assim exerceram sua liberdade de escolha – um dos direitos pelos quais lutavam. Outras ficaram no Araguaia e combateram até a morte. Mas todas, com armas ou não, mostraram que eram capazes de combater ao lado dos homens e de morrer por um ideal que transcendeu questões de gênero. “Foi importante sentir o engajamento da mulher no mesmo nível do homem, e observar que a diferença seria eliminada a partir do próprio homem ao confiar na capacidade da mulher, e da própria mulher demonstrando a sua força política, física e militar”.¹³⁵

Homens ou mulheres, os militantes e guerrilheiros que se encontravam no Araguaia em 1972 “eram, em sua maioria, jovens”, salienta Romualdo Pessoa, afirmando que eles “tinham em comum o fato de serem todos membros do mesmo partido e estarem com suas vidas marcadas pela repressão levada a cabo nas grandes cidades contra todos os que se opunham ao regime militar”.¹³⁶

Sobre a atuação profissional daqueles que se integraram à guerrilha após o início dos combates, o autor informa:

*Eram estudantes, ex-dirigentes estudantis (43,81%, sendo 37,07% universitários e 6,74%, secundaristas); médicos, enfermeiros, geólogos, professores, advogados (15,73% de profissionais liberais); operários (5,61%); camponeses (22,47%, aí incluídos os que se integraram aos núcleos guerrilheiros no decorrer da luta); comerciários, bancários e outros (12,35%). Isso totalizava 89 guerrilheiros, somando-se os que escaparam com vida após terem sido presos nas duas primeiras campanhas.*¹³⁷

Das mulheres que foram para o Araguaia até 1972 e que eram militantes do PC do B, 12 foram mortas. Quatro conseguiram sair da região com vida.¹³⁸ Pode ser que mais algumas tenham se incorporado à guerrilha, mas as fontes consultadas não oferecem

¹³⁵ SAUTCHUK, Jaime. et al. *op. cit.*, p. 34.

¹³⁶ CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia**: a esquerda em armas. Goiânia: Editora UFG, 2003, p. 85.

¹³⁷ *Ibidem*, p. 86.

¹³⁸ Ver Anexo B.

informações neste sentido. Há registros da atuação de 16 mulheres na guerrilha rural, estruturada pelo Partido Comunista do Brasil.

Com exceção de Elza Monnerat, que já tinha 54 anos quando foi para o Araguaia, em 1967¹³⁹, as militantes que foram para a região tinham em média 24 anos quando trocaram a vida nas cidades pela preparação para a luta armada no campo.

Fazendo um cruzamento de dados obtidos na pesquisa, verifica-se que, dentre as combatentes do Araguaia, onze eram estudantes universitárias (68,75%), duas eram funcionárias públicas (12,5%), duas possuíam formação superior (12,5%) e uma tinha concluído o 2º grau e trabalhava em serviços informais (6,25%). Os números demonstram que a maioria tinha passagens pelo movimento estudantil e que as discussões realizadas neste meio contribuíram significativamente para sua opção de se inserir no espaço público como personagens políticas, militantes partidárias e combatentes de guerrilha.

¹³⁹ Elza, codinome Maria, chegou ao Porto da Faveira, sul do Pará, no final de 1967. Junto com ela foram Maurício Grabois (Mário) e Líbero Giancarlo Castiglia (Joca). A militante saiu da região para fazer contatos com o partido em São Paulo e, ao voltar, deparou-se com a região cercada por militares. Conseguiu escapar, avisar João Amazonas, que também retornava à região, e voltar para São Paulo, onde viveu clandestinamente, até ser presa na “Chacina da Lapa” em 1976. Para detalhes sobre a trajetória de Elza, ver: BERCHT, Verônica. **Coração vermelho: a vida de Elza Monnerat**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

Considerações finais

Uma de minhas preocupações ao longo deste trabalho foi tentar compreender o porquê da relutância das forças armadas em comentar abertamente o conflito ocorrido na região sul do Pará, entre os anos de 1972 e 1975. Acredito que esta resistência em esclarecer o assunto se deve ao receio das prováveis críticas da opinião pública quanto aos procedimentos que foram utilizados pelos militares para alcançarem seus objetivos de acabar com a guerrilha e com os guerrilheiros.

Mesmo sabendo da violência com que as tropas ocuparam a região e do tratamento conferido à população - relatado por militantes que participaram do conflito, por moradores e até mesmo por alguns militares, como Pedro Cabral¹⁴⁰ -, não há uma confirmação oficial das forças armadas sobre o uso deste tipo de recurso. Infere-se que o assunto é evitado neste meio para que a imagem de uma instituição a serviço da defesa do país (e é claro, das pessoas que o compõem) não seja abalada. No entanto, todos nós, cidadãos, temos o direito de saber não só o que ocorreu na guerrilha do Araguaia, mas também as práticas tortuosas adotadas durante a ditadura. Por isso, a necessidade da abertura dos arquivos referentes a este período histórico.

Muitos, como os militares, por exemplo, vêem a abertura destes arquivos como revanchismo, como algo que causaria ressentimentos e tumultos no país. Afirmam que devemos pensar no futuro, não nos prendendo aos incidentes do passado. Mas é válido ressaltar que este discurso nos tira o direito de conhecermos uma parte importante da nossa história.

Desde que a Lei de Anistia foi decretada, estas questões ficaram suspensas. Tanto pessoas que lutaram contra a ditadura quanto aquelas que a defendiam foram anistiadas. O comentário do presidente do Superior Tribunal de Justiça, Edson Vidigal, em entrevista à *Folha de S. Paulo*, evidencia bem o caráter assumido pela lei, assim como sua postura em relação à abertura dos arquivos:

¹⁴⁰ Consultar: CABRAL, Pedro Corrêa. **Xambioá**: a guerrilha no Araguaia. São Paulo: Record, 1993.

A anistia se fez, e a anistia apaga, anistia é o esquecimento. Não ajuda o país remexer nessas fissuras. Tentam mexer nessas fissuras. Tentam mexer nessas feridas que já cicatrizaram. (...) Segundo Vidigal, o tema é incabível em qualquer agenda do país porque essa questão já foi sepultada, já foi superada pela anistia. (...) a anistia ampla, geral e irrestrita valeu para todo mundo.¹⁴¹

Mas as “feridas” às quais o presidente do STJ se refere não cicatrizaram para aqueles que até os dias atuais não sabem com certeza o que aconteceu com os familiares, incluídos na lista de desaparecidos políticos. Muitas dessas famílias desejam apenas saber onde se encontram os restos mortais de seus parentes e as circunstâncias reais da morte deles; e lutam para ter acesso aos documentos relativos ao período da ditadura, por acreditar que neles pode haver alguma informação que os auxilie neste propósito.

Os documentos produzidos no governo dos militares foram classificados como ultra-secretos, secretos, confidenciais e reservados, e mantidos sob sigilo em arquivos das forças armadas. No final de 2004, esta questão ganhou destaque na imprensa, devido a uma nota divulgada pelo Exército, afirmando a validade de práticas de tortura e assassinatos, no período da ditadura, contra os opositores daquele regime político.

As discussões suscitadas após a divulgação da nota¹⁴² – que enaltece a ditadura e defende as estruturas da repressão – serviram para demonstrar a fragilidade e os limites da democracia que vigora no país. O ministro da Defesa na época, José Viegas Filho, sugeriu que o comandante do Exército, Francisco Albuquerque, fosse demitido, o que não ocorreu. Apenas uma nova nota foi divulgada, recuando a postura assumida inicialmente. Em decorrência dos fatos, o então ministro pediu demissão do cargo e ela foi aceita pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva. Este, por sua vez, nomeou para o cargo o vice-presidente José Alencar.

O episódio nos mostra, de certa forma, os esforços feitos pelo governo federal para não entrar em atrito com as forças armadas. Evidencia também os entraves relativos à abertura dos arquivos e embasados na hipótese de que as questões relativas ao período militar foram encerradas com a anistia e que aquelas que insistem em persistir são resolvidas por meio de indenizações aos que sofreram perseguições políticas ou a seus familiares – no caso, dos que foram mortos.

¹⁴¹ “Presidente do STJ diz que questões estão ‘sepultadas’, e cita Raul Seixas”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 23 out. 2004, Folha Brasil, p. A6.

¹⁴² Publicada no jornal **Correio Braziliense** do dia 18 de outubro de 2004.

No final de 2005, o governo decidiu que os arquivos seriam abertos gradualmente e que alguns documentos seriam disponibilizados para consulta – provavelmente, nenhum que contenha informações relevantes ou possa vir a causar polêmicas, já que os documentos aos quais poderemos ter acesso serão selecionados por militares.

Podemos dizer que não há um interesse concreto por parte do governo ou das forças armadas em esclarecer os crimes cometidos durante a ditadura. No que se refere à guerrilha do Araguaia, a situação de descaso com que vem sendo tratada a identificação dos restos mortais dos guerrilheiros reforça ainda mais esta postura. Em 1996, ossadas foram exumadas de um cemitério em Xambioá, com possibilidades de serem de militantes que combateram na guerrilha, porém, até o início de 2005, este material estava guardado numa sala da Comissão de Mortos e Desaparecidos, aguardando identificação.¹⁴³

Um outro fato ocorrido no sul do Pará neste mesmo ano chamou a atenção da mídia: o assassinato da freira Dorothy Stang. Ela trabalhava em um projeto de assentamento, o Projeto de Desenvolvimento Sustentado Esperança, em Anapu, e já havia pedido o auxílio do governo na luta contra as arbitrariedades cometidas por fazendeiros e madeireiros. No entanto, nenhuma medida efetiva foi tomada. Somente após o assassinato e a repercussão dele é que o governo decidiu reagir, criando o Gabinete de Gestão Integrada de Crise para tentar resolver o problema da violência na região.

O quadro 1, apresentado a seguir¹⁴⁴, mostra que o estado do Pará é líder no índice de mortes em decorrência de conflitos pela posse de terra. A discrepância entre o número de vítimas e os casos que vão a julgamento revela a impunidade existente no país, assim como a ineficiência da Justiça no cumprimento da lei.

¹⁴³ Estas informações foram retiradas da entrevista com Luzia Reis: “Ex-guerrilheira do Araguaia cobra a ação do governo para identificar ossadas”, disponível no *site*: <<http://www.vermelho.org.br>>. Consulta feita em 02 de junho de 2005.

¹⁴⁴ “Violência no campo”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 15 fev. 2005, Folha Brasil, p. A6.

VIOLÊNCIA NO CAMPO							
ASSASSINATOS E JULGAMENTOS ENTRE 1985 E 2003*							
OS SEIS ESTADOS COM MAIS DE 50 CASOS NO PERÍODO DESTACADO							
Casos	Vítimas	Casos julgados	Mandantes condenados	Mandantes absolvidos	Executores condenados	Executores absolvidos	
PA	327	521	10	5	0	8	10
MA	102	111	1	0	0	0	1
BA	78	91	2	0	1	1	1
MT	59	100	3	0	0	4	0
MG	58	70	22	1	3	20	15
PE	57	58	3	1	0	3	1
TOTAL BRASIL	1.003	1.349	75	15	6	64	44

Quadro 1 – Relação dos seis estados com maior número de assassinatos e julgamentos entre 1985 e 2003

Fonte: Folha de São Paulo (2005) – dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

A situação conflituosa em que vivem os habitantes da região (fazendeiros, trabalhadores rurais, grileiros, sindicalistas, policiais, entre outros) não é esporádica, mas, ao contrário, permanente. Ao ir para o local, durante a preparação para a guerrilha, os militantes do PC do B tiveram a oportunidade de constatar que a disputa pela terra e a exploração do trabalho eram problemas graves que geravam um clima de constante tensão e que, por isso, precisavam ser resolvidos.

O Programa dos 27 Pontos, que relacionava as ações mais necessárias para melhorar a qualidade de vida da população, dava ênfase a estas questões. Contudo, com o aniquilamento da guerrilha e de seus propósitos, a chance de mudar a precária situação da comunidade que habita aquela região se esvaneceu e o estado de violência e de abandono em que se encontra a região nos mostra que muito pouco tem sido feito pelo governo para que o quadro seja alterado.

Fontes

1 – Artigos:

ALVES, Myrian Luiz. “A guerrilha do Araguaia e as mulheres do Brasil”. *In: SÁ, Glênio. Araguaia: relato de um guerrilheiro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004, p. 46-48.

LIMA, Ruth Ribeiro de. “A participação da mulher na esquerda armada brasileira”. *In: COGGIOLA, Osvaldo (org). História e revolução*. São Paulo: Xamã, p. 151-166.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. “As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo”. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 2 (2): 113-128, 2. sem. 1990.

RODRÍGUEZ, Matilde. “As mulheres guerrilheiras do Brasil e da Argentina (Décadas de 60 e 70) - Uma análise comparativa da literatura”. *Estudos de História*. Revista do curso de pós-graduação em História. Franca, v. 8, n. 1, 2001, p. 91-106.

SALES, Jean Rodrigues. “O partido comunista do Brasil nos anos sessenta: estruturação orgânica e atuação política”. *Cadernos AEL - Tempo de ditadura: do golpe de 1964 aos anos de 1970*. Campinas, v. 8 n. 14/15, 2001, p. 13-47.

2 - Dissertações:

GALDINO, Antônio Carlos. **O Partido Comunista do Brasil e o movimento de luta armada nos anos sessenta**. (Dissertação). Universidade Estadual de Campinas, 190 p., 1994.

NASCIMENTO, Durbens Martins. **A guerrilha do Araguaia**: “paulistas” e militares na Amazônia. (Dissertação). Universidade Federal do Pará, 169 p., 2000.

RICHOPO, Neide. **A esquerda no Brasil**: um estudo de caso. (Dissertação). Universidade de São Paulo, 1988.

ROCHA JÚNIOR, Deusdedith Alves. **A guerrilha do Araguaia** (1972/1974). (Dissertação). Universidade de Brasília, 158 p., 1995.

3 - Revistas:

Caros Amigos (Edição Especial). São Paulo: Editora Casa Amarela, n. 19, mar. 2004.

LOYOLA, Leandro. “Fantasmas do Araguaia”. **Época**. São Paulo: Globo, n. 302, 1º mar. 2004, p. 28-35.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi L. de. “A degola de um movimento”. **História Viva**. São Paulo: Duetto editorial, Ano III, n. 25. Nov. 2005, p. 86-91.

4 - Jornais:

Folha de S. Paulo. São Paulo, 23 out. 2004.

_____. São Paulo, 15 fev. 2005.

Folha de S. Paulo. São Paulo, 1º mai. 2005.

_____. São Paulo, 2 mai. 2005.

5 - Sites:

<<http://www.desaparecidospoliticos.org.br/araguaia>>

<<http://www.geracaobooks.com.br>>

<<http://www.guerrilhadoaraguaia.com.br>>

<<http://www.ternuma.com.br>>

<<http://www.vermelho.org.br>>

6 – Filmes de apoio:

ARAGUAYA: a conspiração do silêncio. Direção: Ronaldo Duque. Produção: Fábrica de Fantasias Luminosas. Duração: 105 min., 2005.

QUE BOM TE VER VIVA. Direção: Lúcia Murat. Taiga Produções Visuais Ltda. Duração: 100 min., 1989.

Referências Bibliográficas

BERCHT, Verônica. **Coração vermelho**: a vida de Elza Monnerat. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

BERTOLINO, Osvaldo. **Maurício Grabois**: uma vida de combates. Da batalha de idéias ao comando da Guerrilha do Araguaia. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2004.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CABRAL, Pedro Corrêa. **Xambioá**: guerrilha no Araguaia. Rio de Janeiro: Record, 1993.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia**: a esquerda em armas. Goiânia: Editora UFG, 2003.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**: histórias de vida, histórias de sobrevivência. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FICO, Carlos. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n.º. 47, 2004, p. 29-60.

GASPARI, Élio. **A ditadura escancarada**: as ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GUEVARA, Che. “Princípios generales de la lucha guerrillera”. *In*: **A guerra de guerrillas**. Habana: 1960. Versão online disponível em {<http://www.mec.puc-rio.br/oldrich/che/guerrilla.pdf>}, acessado em 03 de junho de 2005.

HABERT, Nadine. **A década de 70**: apogeu e crise da ditadura militar brasileira. São Paulo: Ática, 1994.

MAO TSÉ-TUNG. “Problemas estratégicos da guerra revolucionária”. *In*: SADER, Eder (org.). **Mao Tsé-Tung**. São Paulo: Ática, 1982, p. 148-152.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Por uma história da mulher**. São Paulo: Edusc, 2000.

MEDEIROS, Leonilde S. “Emergência e consolidação das organizações de trabalhadores rurais - 1945-64”. *In*: **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989, p. 17-84.

MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia**: os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

MOURA, Clóvis. (Apresentação) **Diário da guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979 - Documento redigido pelas Forças Guerrilheiras do Araguaia.

PCB. “Resolução do V Congresso do PCB (1960)”. *In*: NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). **PCB**: vinte anos de política. São Paulo: LECH, 1980.

PC do B. Manifesto-programa (1962). In: **PC do B: em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro** (documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000). São Paulo: Anita Garibaldi, 2000.

PIETROCOLLA, Luci Gati. “Anos 60/70: do sonho revolucionário ao amargo retorno”. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, S. Paulo, 8 (2): 119-145, out. 1996.

POMAR, Wladimir. **Araguaia: o partido e a guerrilha** (Documentos Inéditos). São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. **Massacre na Lapa: como o Exército liquidou o Comitê Central do PC do B - São Paulo**, 1976. São Paulo: Busca Vida, 1987.

PORTELA, Fernando. **Guerra de guerrilhas no Brasil**. São Paulo: Global, 1979.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

REMOND, René (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

_____. “Por que uma história política?” **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: FGV, v.7, n 13, 1994, p. 7-19.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Ed. Unesp, 1993.

SÁ, Glênio. **Araguaia: relato de um guerrilheiro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004.

SANTOS, Loureiro dos. “Apontamentos de história para militares: evolução dos sistemas de coacção”. *In: Apontamentos para a história da subversão em Portugal*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares, 1985, p. 153-175.

SAUTCHUK, Jaime et al. **A guerrilha do Araguaia**. História Imediata. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

SCOOT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, 16 (2): 22, jul./dez., 1990.

SILVA, Antônio Ozair da. “Da luta armada à reorganização da esquerda brasileira (1967-1974)”. *In: História das tendências no Brasil* (origens, cisões e propostas). São Paulo: Dag. Gráfica e Editorial, s/d, p. 102-144.

SOUZA, Aluísio Madruga de Moura e. **Guerrilha do Araguaia: revanchismo – a grande verdade**. Brasília: 2002.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

TOLEDO, Caio Navarro de. “1964: O golpe contra as reformas e a democracia”. *Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964)*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004, p. 13-28.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Mova Fronteira, 1988.

Anexo A

Programa dos 27 Pontos¹⁴⁵

A União do Povo do interior deve fazer-se partindo de suas reivindicações mais sentidas e mais imediatas. Que deseja o homem do interior? Quais são os problemas que mais o afetam? Ele quer:

- 1- Terra para trabalhar e título de propriedade de sua posse.
- 2- Combate à grilagem, com castigo severo a todos que grilarem terras.
- 3- Preços mínimos compensatórios para os produtos da região, preços que não se distanciem muito dos que estão em vigência nos grandes mercados de consumo. Criação de Distribuidoras do Estado, que adquirem por preço fixado todos os produtos que lhe sejam oferecidos e, ao mesmo tempo, vendam com uma pequena margem de lucro, e também a prazo, adubos, ferramentas, venenos, sementes, máquinas de fabricar farinha, lonas para a colheita de arroz, moinhos, etc.
- 4- Facilidades para o deslocamento da produção através de diferentes meios de transportes, e financiamento ao lavrador para compra de animais.
- 5- Proteção à mão-de-obra dos que trabalham nos castanhais, na extração da madeira ou nas grandes fazendas. O castanheiro deve receber por hectolitro de castanha cortada um preço que seja, pelo menos, um terço do fixado pelo governo para a cidade de Marabá. O hectolitro deve ser de 6 latas de parafina, sem cálculo e sem arredondar as latas. O preço das mercadorias vendidas nos armazéns não pode exceder em muito o preço corrente nas cidades e povoados próximos. O pagamento ao castanheiro deve ser realizado no local de trabalho. Os trabalhadores da exploração da madeira ou das grandes fazendas devem receber seus salários em dinheiro no final de cada mês, não sendo permitido o pagamento de salário em espécie ou bagulhos.
- 6- Assegurar aos “garimpeiros” o direito de trabalhar livremente e a regulamentação de sua atividade, impedindo que seja explorado na venda dos bens obtidos em seu trabalho.
- 7- Liberdade de caça e pesca para a sua alimentação, permitindo-se a venda das peles dos animais por eles mortos para seu próprio consumo. A matança generalizada de caça com o único objetivo de comercializar as peles deve ser proibida.
- 8- Liberdade para coletar, quebrar e vender o babaçu.

¹⁴⁵ SAUTCHUK, Jaime et al. **A guerrilha do Araguaia**. História Imediata. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978, pp. 77-78.

9- Redução dos impostos que recaem sobre o trabalho da terra e sobre o pequeno comércio. Os pequenos e médios lavradores não devem pagar nenhum imposto ou taxa ao INCRA. Liquidação do sistema de multas dos serviços de impostos e da cobrança de impostos com o auxílio da polícia.

10- Direito de todo lavrador ou trabalhador de selva possuir sua arma de caça e de defesa pessoal.

11- Assistência médica por meio de postos instalados em zonas e distritos e também de postos ambulantes montados sobre embarcações e caminhões. Serviço médico gratuito, para as doenças endêmicas, e pago a preços módicos, para as doenças evitáveis, como a sífilis. Combate sistemático e eficaz à malária e à verminose.

12- Criação de escolas nos povoados, nas margens dos grandes rios, nas proximidades de várias plantações, com doação do material escolar. Construção de internatos para crianças que vivem longe das escolas, com cursos de 8 a 10 meses de duração.

13- Fim das arbitrariedades da polícia contra o povo. A polícia não pode cobrar suas diligências, autorização para festas, as prisões, não pode prender ninguém sem motivo plenamente justificado. Não tem direito a bater nos presos, nem tirar armas, animais, instrumentos de trabalho ou objetos de utilização do homem do interior. Os policiais estão obrigados a manter uma atitude de respeito com o lavrador e sua família, como também em relação às mulheres.

14- Casamento civil e registro de nascimento gratuitos.

15- Proteção à mulher. Em caso de separação do marido ou companheiro a mulher tem direito a uma parte da produção e dos bens domésticos, de acordo com o trabalho desenvolvido, direta ou indiretamente, para a obtenção ou produção desses bens. Ajuda à maternidade. Cursos práticos para formar novas parteiras ou melhorar os conhecimentos técnicos das que já trabalham na região, com o objetivo de garantir uma melhor assistência às mulheres grávidas.

16- Trabalho, instrução e educação física para a juventude. Estímulo ao desenvolvimento do esporte, com a construção de campos de futebol e de basquete, pistas de atletismo e outras iniciativas. Ajuda à criação de clubes, centros recreativos e culturais e à construção de suas sedes.

17- Respeito a todos os religiosos, não sendo permitida a perseguição a qualquer pessoa por motivos de prática religiosa, inclusive de quem professa a pagelância, o terecô (religiões da região), o espiritismo, sempre que esta prática não cause danos ao indivíduo.

18- Liberdade para reunir-se discutir seus problemas, criticar as autoridades, exigir seus direitos, organizar suas associações e eleger, sem pressão de nenhum tipo, seus representantes.

19- Criação de Comitês Populares, eleitos diretamente pelo povo, para administrar os distritos e povoados, orientar as iniciativas que têm relação com a coletividade e resolver as

desavenças surgidas entre os habitantes. Os Comitês estabelecem, de comum acordo com o povo, as normas de proteção à plantação, contra a invasão de gado, porcos e outros animais, assim como orientam a maneira de criá-los sem causar prejuízo aos interesses coletivos.

20- Eleição livre do Prefeito e de um Conselho Administrativo nos municípios, assim como de Comitês Populares nos bairros da cidade.

21- Emprego de boa parte dos impostos arrecadados nos municípios para o desenvolvimento das cidades e povoados. O Governo Federal e o Governo Estadual de cada Estado devem ajudar aos municípios na construção de estradas, pavimentação de ruas, instalação de luz e água, manutenção de escolas e execução de serviços médicos.

22- Elaboração de planos de urbanização e de desenvolvimento em todas as cidades. Facilidades para a construção de casas, estímulo à criação de bibliotecas e radioemissoras locais, sem que seja necessário nenhuma permissão das autoridades para seu funcionamento.

23- As terras do Estado abandonadas e localizadas nas proximidades dos povoados e pequenas cidades devem ser distribuídas anualmente entre os habitantes, para que sejam cultivadas por um ano.

24- Aproveitamento racional das grandes áreas não cultivadas em torno das cidades e povoados para a criação de granjas e plantações rentáveis, com o objetivo de garantir trabalho e meio de vida à população da região.

25- Defesa da terra dos índios, respeito a seus hábitos e costumes e ajuda do Governo aos indígenas.

26- Obrigação de reflorestamento e aproveitamento total das árvores derrubadas na exploração de madeira em larga escala. O benefício da madeira deve ser feito na região para incentivar seu progresso. A madeira existente em cada área determinada de terra pertence ao posseiro.

27- Respeito à propriedade privada que não ocasione prejuízo à coletividade. Apoio às iniciativas privadas de caráter progressista, à pequena e média indústria e ao artesanato.

A UNIÃO PELA LIBERDADE E PELOS DIREITOS DO POVO, surgida para unir as amplas massas, crê que esses 27 pontos sintetizam as reivindicações mais sentidas e imediatas do homem desta região. Incluem tudo que ele deseja e tem direito. Representam, contudo, o mínimo exigido por ele nas condições atuais. Por isso a ULDP considera que este é um programa em defesa dos pobres e pelo progresso do interior. Em torno dele se unirá o povo sofrido: os lavradores, os castanheiros, os vaqueiros, os garimpeiros, os peões, os barqueiros, os que trabalham na madeira e na quebra de babaçu, os pequenos e médios comerciantes, enfim, todos os que querem o progresso da região e a facilidade de seus habitantes.

É hora da decisão, de acabar para sempre com o abandono em que vive o interior e de pôr fim aos incontáveis sofrimentos de milhões de brasileiros abandonados, humilhados e explorados. A Revolução abrirá o caminho para uma nova vida.

Até hoje, o povo foi tratado como escravo. Chegou o momento de levantar-se para varrer os inimigos da liberdade, da independência e do progresso do Brasil.

Anexo B

B.1 - Guerrilheiras mortas no Araguaia

Nome (Codinome)	Idade quando foi para o Araguaia	Em que atuava antes de ir para guerrilha
1. Áurea Elisa Pereira Valadão (Áurea)	20 anos	Estudante de Física da UFRJ
2. Dinaelza Soares Santana (Mariadina)	Aprox. 23 anos	Estudante de Geografia da Universidade Cat. de Salvador
3. Dinalva Oliveira Teixeira (Dina)	25 anos	Formada em geologia pela UFBA (Cadastrada na Sociedade Brasileira p/ o Progresso da Ciência)
4. Helenira Rezende de Sousa Nazareth (Fátima)	Aprox. 26 anos	Estudante de Letras da USP
5. Jana Moroni Barroso (Cristina)	23 anos	Estudante de Biologia da UFRJ
6. Lúcia Maria de Souza (Sônia)	Aprox. 27 anos	Estudante de Medicina da Escola de Medicina e Cirurgia do RJ
7. Luíza Augusta Garlippe (Tuca)	33 anos	Enfermeira formada pela USP
8. Maria Célia Corrêa (Rosa)	26 anos	Estudante de Ciências Sociais da UFRJ
9. Maria Lúcia Petit da Silva (Maria)	20 anos	Professora primária concursada
10. Suely Yumiko Kanayama (Chica)	23 anos	Estudante de Letras da USP
11. Telma Regina Cordeiro Corrêa (Lia)	24 anos	Estudante de Geografia da UFRJ
12. Walquíria Afonso Costa (Walk)	24 anos	Professora formada em curso normal e estudante de Pedagogia da UFMG

B.2 - Guerrilheiras sobreviventes*

Nome (Codinome)	Idade quando foi para o Araguaia	Em que atuava antes de ir para guerrilha
1. Criméia Alice Schmid de Almeida (Alice)	24 anos	Estudante de Enfermagem da UFRJ.
2. Elza de Lima Monnerat (Dona Maria)	54 anos	Funcionária pública do IAPI - Instituto de Aposentados e Pensão dos Industriários.
3. Luzia Reis Ribeiro (Lúcia, Baianinha)	23 anos	Estudante de Ciências Sociais, em Salvador.
4. Regilena Carvalho (Lena)	24 anos	Serviços informais: secretária de cartório, de escritório de advocacia, trabalhou também em hospitais.

* Quadros informativos elaborados por Fabiana de Paula Guerra, com base na bibliografia pesquisada e indicada nas Referências.

B.3-Guerrilheiros mortos e desaparecidos* (nomes oficiais e codinomes)¹⁴⁶

- MAURÍCIO GRABOIS - *Mário* - Participou da Aliança Nacional Libertadora. Ex-deputado federal Constituinte de 1946. Nasceu em Salvador, em 2 de novembro de 1912. Era membro do secretariado do comitê central do PC do B.
- ÂNGELO ARROYO - *Joaquim* - Operário metalúrgico, nascido em São Paulo, em 6 de novembro de 1928. Era membro do secretariado do comitê central do PC do B. Foi morto em São Paulo, no episódio conhecido como “Queda da Lapa”, em dezembro de 1976.
- PAULO MENDES RODRIGUES - *Paulo* - Economista, natural do Rio Grande do Sul. Era membro efetivo do comitê central do PC do B.
- JOSÉ HUMBERTO BRONCA - *Zeca e Fogoió* - Mecânico de manutenção de aeronaves. Nascido em Porto Alegre (RS). Tinha 33 anos quando começou a guerrilha. Era membro efetivo do comitê central do PC do B.
- ADRIANO FONSECA F. FILHO - *Chico* - Formado em Filosofia pela UFRJ. Trabalhava no TST-RJ. Tinha 32 anos quando se incorporou à guerrilha.
- ANDRÉ GRABOIS - *Zé / José Carlos* - Comandante do Destacamento A. Estudante. Nascido no Rio de Janeiro.
- ANTÔNIO CARLOS M. TEIXEIRA - *Antônio* - Formado em Geologia pela UFBA. Nasceu em Ilhéus - BA, era casado com *Dina*.
- ANTÔNIO FERREIRA PINTO - *Antônio Alfaiate* - Era alfaiate em Caxias do Sul.
- ANTÔNIO GUILHERME R. RIBAS - *Ferreira* - Estudante secundarista, ex-presidente da União Estadual dos Estudantes Secundaristas de São Paulo. Nascido em São Paulo, em 20 de setembro de 1946.
- ANTÔNIO DE PÁDUA COSTA - *Piauí e Lino* - Estudante de Meteorologia do Instituto de Física da UFRJ. Era vice-comandante do Destacamento A.
- ANTÔNIO TEODORO DE CASTRO - *Raul* - Estudante de Farmácia da UFCE, até 1969. Foi diretor da Casa do Estudante Universitário, em 1970, no Rio de Janeiro. Foi para o Araguaia em julho de 1971.
- ARIILDO VALADÃO - *Ari* - Estudante do Instituto de Física da UFRJ, onde foi presidente do Diretório Acadêmico. Casado com Áurea Elisa Valadão. Natural do Espírito Santo.

* À exceção de Ângelo Arroyo, morto em circunstâncias conhecidas. Dados obtidos na Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos na Guerrilha do Araguaia e no livro *Guerrilha do Araguaia* (1984).

¹⁴⁶ Extraído do livro: CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. Goiânia: Ed. UFG, 2003.

- ÁUREA ELISA PEREIRA VALADÃO - *Elisa e Áurea* - Estudante do Instituto de Física da UFRJ, onde conheceu Arildo, com quem se casou. Nascida em 6 de abril de 1950, em Minas Gerais, foi para o Araguaia em 1970.
- BERGSON GURJÃO FARIAS - *Jorge* - Estudante de Química da UFCE e vice-presidente do DCE, em 1967.
- CILON DA CUNHA BRUN - *Comprido e Simão* - Estudante de economia na PUC - SP, onde era membro do DCE. Nascido em São Sepé - RS, em 3 de fevereiro de 1946.
- CIRO FLÁVIO SALAZER OLIVEIRA - *Flávio* - Estudante de Arquitetura na UFRJ. Nascido em 26 de dezembro de 1943.
- CUSTÓDIO SARAIVA NETO - *Lauro* - Estudante secundarista, nascido no Ceará.
- DANIEL RIBIERO CALADO - *Doca e Daniel* - Chegou a 3.º Sargento do Exército, quando pediu baixa. Nasceu em São Gonçalo - RJ, em 16 de outubro de 1940.
- DERMEVAL DA S. PEREIRA - *João e João Araguaia* - Advogado, natural da Bahia.
- DINAELZA S. COQUEIRO - *Mariadina e Diná* - Cursou Geografia na Universidade Católica de Salvador - BA. Nascida em Vitória da Conquista, em 22 de março de 1949.
- DINALVA OLIVEIRA TEIXEIRA - *Dina* - Formada em Geologia pela UFBA, foi militante estudantil nos anos de 1967 e 1968. Era casada com Antônio Carlos M. Teixeira. Nasceu em Argoin, município de Castro Alves - BA.
- DIVINO FERREIRA DE SOUZA - *Nunes e Goiano* - De origem camponesa, era comerciário, natural de Goiânia - GO. Era vice-comandante do Destacamento A.
- ELMO CORRÊA - *Lourival* - Estudante da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro.
- FRANCISCO M. CHAVES - *Chico e Zé Francisco* - Operário naval, participou da Aliança Nacional Libertadora em 1935. Tinha aproximadamente 60 anos quando ingressou na guerrilha.
- GILBERTO O. MARIA - *Pedro Gil e Gilberto* - Iniciou o curso de Engenharia em Praga, Tchecoslováquia. Nasceu em Mirassol - SP, em 11 de março de 1942.
- GUILHERME GOMES LUND - *Luís* - Estudava na Faculdade Nacional de Arquitetura, no Rio de Janeiro, onde nasceu em 11 de julho de 1947.
- HELENIRA RESENDE DE SOUSA NAZARETH - *Fátima e Nega* - Estudante da Faculdade de Filosofia e Letras da USP, foi presidente do C.A. e dirigente da UNE em 69-70.
- HÉLIO LUÍS N. DE MAGALHÃES - *Edinho* - Estudante de Química na UFRJ.
- IDALÍSIO S. ARANHA FILHO - *Aparício* - Cursou Psicologia na UFMG, sendo presidente do Centro de estudos daquela escola. Nascido em Rubim - MG, em 21 de agosto

de 1947. Era casado com Walquíria Afonso da Costa, com quem foi para o Araguaia. Foi julgado pela Justiça Militar e condenado a dois anos de prisão.

- JAIME PETIT DA SILVA - *Aparício* - Estudava no Instituto Eletrotécnico de Engenharia, em Itajubá, Minas Gerais, onde foi presidente do D.A. Nascido em Iacanga - SP, em 18 de junho de 1945.
- JANA MORONI BARROSO - *Cristina* - Cursava o último ano de Biologia na UFRJ. Nascida em 1.º de junho de 1948, em Fortaleza - CE.
- JOÃO CARLOS HAAS SOBRINHO - *Juca* - Médico, gaúcho, foi presidente do D.A. da Escola de Medicina de Porto Alegre e da UEE - RS.
- JOÃO GUALBERTO CALATRONI - *Zebão* - Estudante secundarista no Espírito Santo.
- JOSÉ LIMA PIAUHY DOURADO - *Ivo e José* - Estudante de Engenharia Eletrônica na Bahia. Era fotógrafo.
- JOSÉ MAURÍLIO PATRÍCIO - *Mané e Manoel do "B"* - Estudante de Agronomia da Universidade Rural do Rio de Janeiro. Era natural do Espírito Santo.
- JOSÉ TOLEDO DE OLIVEIRA - *Vítor* - Bancário e advogado, vivia no Rio de Janeiro antes de ir para o Araguaia.
- KLEBER LEMOS DA SILVA - *Quelê e Carlito* - Economista, vivia no Rio de Janeiro antes de ir para o Araguaia.
- LÍBERO GIANCARLO CASTIGLIA - *Joca* - Operário metalúrgico de origem italiana.
- LÚCIA MARIA DE SOUZA - *Sônia* - Estudante da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro.
- LÚCIO PETIT DA SILVA - *Beto* - Engenheiro formado pelo Instituto Eletrotécnico de Engenharia em Itajubá - MG. Nascido em Piratininga - SP, em 1.º de dezembro de 1943.
- LUÍS RENÊ SILVEIRA E SILVA - *Duda* - Estudava na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. Nascido no Rio de Janeiro, em 15 de julho de 1951.
- LUZIA AUGUSTA GARLIPPE - *Tuca* - Enfermeira, nascida em Araraquara - SP, em 16 de outubro de 1941. Até 1969 trabalhou no Hospital das Clínicas de São Paulo.
- MANOEL JOSÉ NURCHIS - *Gil* - Operário em São Paulo.
- MARCOS JOSÉ DE LIMA - *Zezinho e Ari do "A"* - Operário do Espírito Santo. Era ferreiro.
- MARIA CÉLIA CORRÊA - *Rosa* - Estudante de Ciências Sociais da UFRJ.
- MARIA LÚCIA PETIT - *Maria* - Professora primária em São Paulo. Nascida em Amparo - SP, em 20 de março de 1950.
- MIGUEL PEREIRA DOS SANTOS - *Cazuza* - Bancário, passou a viver na clandestinidade a partir de 1965. Nascido em Recife em 12 de julho de 1943.

- NELSON L. PIAUHY DOURADO - *Nelito e Alexandre* - Funcionário da Petrobrás, foi demitido em 1964 por perseguição política. Natural da Bahia.
- ORLANDO MOMENTE - *Landim e Landinho* - Operário, natural de Rio Claro - SP, trabalhava na Brahma.
- OSVALDO ORLANDO DA COSTA - *Osvaldão e Mineirão* - Nascido em 27 de abril de 1938, em Passa Quatro - MG. Foi atleta de boxe no Botafogo, em 1957. Formou-se no CPOR - Curso Preparatório de Oficiais de Reserva - no Rio de Janeiro. Formou-se em Engenharia na Tchecoslováquia.
- PAULO ROBERTO MARQUES - *Amauri* - Bancário, passou à clandestinidade em 1969 devido à perseguição da polícia política. Nasceu em Pains - MG, em 14 de maio de 1949.
- PEDRO ALEXANDRINO FILHO - *Peri* - Bancário e estudante universitário em Minas Gerais.
- RODOLFO DE CARVALHO TROIANO - *Manoel do "A"* - Estudante secundarista de Minas Gerais.
- ROSALINDO DE SOUZA - *Mundico* - Advogado, formado pela Faculdade Cândido Mendes, foi julgado à revelia pela Justiça Militar, sendo condenado a dois anos e dois meses de prisão. Nasceu em Caldeirão Grande - BA, em 2 de janeiro de 1940.
- SUELI YOMIKO KANAYAMA - *Sueli e Chica* - cursava licenciatura em Línguas Portuguesa e Germânica, na USP. Nascida em Coronel Macedo - SP, em 25 de maio de 1948.
- TELMA REGINA CORDEIRO - *Lia* - Estudante de Geografia da UFRJ, expulsa pelo Decreto-Lei 477.
- TOBIAS PEREIRA JÚNIOR - *Josias* - Estudante de Medicina da Universidade Federal Fluminense. Nascido no Estado da Guanabara, em 26 de novembro de 1949.
- VALQUÍRIA AFONSO COSTA - *Valk* - Nascida em Uberaba, em 9 de agosto de 1945. Em 1971 casou-se com Idalísio.
- VANDICK REIDNER P. COQUEIRO - *João do "B"* - Estudou até o 3.º ano de Economia na UFBA, onde foi diretor do DCE. Nasceu em Boa Nova - BA, em 9 de novembro de 1949.
- UIRASSU DE ASSIS BATISTA - *Valdir* - Estudante secundarista na Bahia.
- ANTÔNIO ALFREDO CAMPOS - *Alfredo* - Camponês.
- LUÍS VIEIRA DE ALMEIDA - *Luisinho* - Camponês.
- LOURIVAL MOURA PAULINO - *Lourival Paulino* - Barqueiro/lavrador.
- PEDRO CARRETEL - *Pedro Carretel* - Camponês.